



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 03 | março 2018



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: março de 2018

Elaborado com informação disponível até ao dia 27 de março.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

0249-077 Lisboa

Telefone: +351 217 921 372

Fax: +351 217 921 398

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

0200 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823397

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.gov.pt>

ISSN: 1747-9072



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	27
Artigos	33
Em Análise	35
Comércio internacional de mercadorias: taxas de variação homóloga da exportação em valor, volume e preço por grupos e subgrupos de produtos – janeiro a dezembro de 2016	35
Iniciativas e Medidas Legislativas	41
Lista de Acrónimos	47

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * No início de 2018, assistiu-se a uma ligeira aceleração da produção industrial mundial para 4% em termos homólogos em janeiro (3,9% em dezembro de 2017) devido ao reforço do crescimento dos países emergentes e em desenvolvimento; já que este indicador abrandou para as economias avançadas. Igualmente, o comércio mundial de mercadorias também se tornou mais intenso devido sobretudo ao fortalecimento das importações mundiais; com destaque para um maior dinamismo das trocas comerciais dos países emergentes e em desenvolvimento.
- * O PIB do G20 aumentou para 4% em termos homólogos reais no 4.º trimestre de 2017 (igual ao período precedente), o qual foi influenciado por um crescimento mais forte dos EUA e do Japão, a par de uma relativa estabilização da economia europeia. De entre os países emergentes, assistiu-se a um reforço do PIB da Índia (6,8%) e uma melhoria do Brasil (para 2,2% (1,5% no 3.º trimestre de 2017).
- * Os indicadores disponíveis para o 1.º trimestre de 2018 para os EUA indicam a continuação de um crescimento económico moderado (melhoria da produção industrial, subida dos indicadores de confiança dos empresários e manutenção do forte crescimento do consumo privado). O mercado de trabalho evoluiu favoravelmente, tendo a taxa de desemprego sido de 4,1%, em média, no conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2018 e, a taxa de inflação homóloga subiu, em média, para 2,2% (2,1% no 4.º trimestre de 2017).
- * No 4.º trimestre de 2017, o PIB da União Europeia (UE) desacelerou para 2,6% em termos homólogos reais (2,7% no trimestre precedente) e manteve-se para 2,7% para a área do euro (AE) refletindo uma melhoria das exportações e do investimento, contrabalançado por um abrandamento do consumo privado. De acordo com o indicador previsional do Banco de Itália de fevereiro de 2018, o PIB trimestral em cadeia da área do euro manteve um nível muito elevado (+0,6%, no 4.º trimestre de 2017). No conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2018, o indicador de sentimento económico continuou a evoluir no sentido ascendente tanto para a UE como para a AE. Em janeiro de 2018, a taxa de desemprego manteve-se em 7,3% e em 8,6%, para a UE e AE, respetivamente. Em fevereiro de 2018, a taxa de inflação homóloga da área do euro diminuiu para 1,1% (1,3% em janeiro) e para 1,4% em termos de variação dos últimos 12 meses (1,5% em janeiro) devido à desaceleração dos preços de energia e à quebra dos preços dos produtos alimentares não transformados.
- * Em março de 2018 e, até ao dia 23, o preço *spot* do petróleo *Brent* aumentou ligeiramente para se situar, em média, em 66 USD/bbl (53 €/bbl) influenciado por uma redução do stock de crude norte-americano e às especulações em torno de novas sanções ao Irão por parte dos EUA.
- * As taxas de juro de curto prazo estabilizaram na área do euro em março de 2018, situando-se em -0,33%, em média, até ao dia 23. Pelo contrário, nos EUA, acentuou-se o movimento de subida das taxas de juro de curto prazo, coincidindo com a decisão da Reserva Federal, no dia 21, de aumentar as taxas de juro federais para o intervalo entre 1,50% e 1,75% (entre 1,25% e 1,50%, decidido em dezembro de 2017), perspetivando-se o prosseguimento da normalização da política monetária para o resto do ano de 2018 e 2019.
- * O euro face ao dólar apreciou-se para se situar em 1,23 dólares no dia 23 de março de 2018 (1,22 no final do mês de fevereiro) refletindo a continuação de perspetivas favoráveis da economia da área do euro (com destaque para uma revisão em alta do PIB para 2018 pelo BCE) em acumulação com alguma instabilidade futura do comércio mundial provocado pela imposição, por parte dos EUA, de taxas aduaneiras de importações, especialmente da China. Este facto também tem contribuído para a evolução desfavorável dos índices bolsistas internacionais.

Conjuntura Nacional

- * As Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 4.º trimestre de 2017 apontam para um crescimento homólogo de 2,4% do PIB (semelhante ao trimestre precedente).
- * O Volume de Negócios no Comércio a Retalho aumentou 5,3% em janeiro de 2018; uma melhoria suportada por ambas as componentes (alimentar e não-alimentar).
- * Em fevereiro, o indicador de confiança dos consumidores diminuiu ligeiramente, enquanto os indicadores qualitativos do sentimento dos empresários tiveram uma evolução mista.
- * O FBCF registou um crescimento de 5,5%, 4,5 p.p. inferior ao observado no trimestre precedente. Os dados para o ano de 2017 indicam que a FBCF registou um aumento de 9,1% (1,5% no ano anterior).
- * A taxa de desemprego tornou a diminuir no mês de janeiro, situando-se agora em 7,9%, menos 2,2 p.p. que em janeiro de 2017. De acordo com o IEFPP, o número de desempregados em fevereiro diminuiu 17% em termos homólogos, havendo 405 mil pessoas inscritas nos centros de emprego.
- * Em fevereiro, a variação homóloga do IPC foi de +0,6%; uma desaceleração face ao mês anterior e à média do ano de 2017. Já o IPPI acelerou para 1,4% (+0,2 p.p. que em janeiro).
- * Em termos médios homólogos nominais, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para o trimestre terminado no mês de janeiro, apontam para um crescimento de 7,4% das importações e um aumento das exportações em 7,3% (10,1% e 8,2% no 4.º trimestre de 2017, respetivamente).
- * No final do mês de fevereiro, a execução orçamental das Administrações Públicas traduziu-se num saldo global positivo de 258 milhões de euros, valor que revela uma melhoria de 232 milhões de euros em relação ao registado no mesmo mês do ano anterior¹. Para este resultado foi decisivo o crescimento de 4,7% da receita efetiva, superior ao aumento concomitante da despesa efetiva (2,8%)². O saldo primário cifrou-se, entretanto, em cerca de 1999 milhões de euros, o que corresponde a uma melhoria de 482 milhões de euros face ao mês homólogo do ano anterior.
- * Para o resultado da execução orçamental das Administrações Públicas foi determinante o subsector da Administração Central com um saldo global negativo de 695 milhões de euros, valor que, por sua vez, decorre da conjugação de um défice do Estado (722 milhões de euros) e de um excedente dos Serviços e Fundos Autónomos (28 milhões de euros). A Segurança Social concorreu, por seu lado, com saldo global positivo de 779 milhões de euros.
- * No que toca ao subsector da Administração Regional, registava-se, em finais de fevereiro, um saldo global positivo da ordem dos 62 milhões de euros, enquanto o subsector da Administração Local mostrava, no mesmo período, um excedente de 111 milhões de euros.
- * No final de janeiro, a dívida do sector das Administrações Públicas (critério de Maastricht) fixouse em 243.598 milhões de euros, representando um aumento de 1.000 milhões de euros (mais 0,4%) relativamente ao final do ano anterior.
- * Entre janeiro e fevereiro, o valor da dívida direta do Estado, denominada em euros, aumentou 1.630 milhões de euros, atingindo, no final de fevereiro, o montante de 236.687 milhões de euros.
- * As emissões de Bilhetes do Tesouro continuaram a ser colocadas a taxas de juro negativas (taxa média ponderada de colocação de -0.424% no prazo a 6 meses e -0.394% no prazo a 12 meses) e na colocação de Obrigações do Tesouro destaca-se a emissão, com maturidade em 2045, a uma taxa de 2,800%.

¹ Exceto se for referido o contrário, os valores indicados foram apurados numa base de caixa.

² Exceto se for referido o contrário, as variações em percentagem referem-se ao período homólogo do ano anterior.

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados³ apontam para um crescimento das exportações de mercadorias de 9,6% no primeiro mês de 2018, em termos homólogos. Neste mesmo período, as importações aumentaram 12,4%, o que levou a um agravamento do défice da balança comercial (fob-cif) de 24,4%, no valor de 245 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 79,2%, que corresponde a uma redução de 2 p.p. face a igual período de 2017.
- * No primeiro mês de 2018, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias (11,3%), excluindo os produtos energéticos, foi superior ao crescimento das exportações totais. As importações cresceram a um ritmo superior ao das exportações (12,7%), em termos homólogos, o que levou a um agravamento do saldo negativo da respetiva balança comercial em 21,8%.
- * No último ano a terminar em janeiro de 2018, as exportações de mercadorias cresceram 9,4% em termos homólogos, com a generalidade dos grupos a contribuírem positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo dos “Material de transp. terrestre e suas partes” (1,9 p.p.), dos “Energéticos” (1,3 p.p.) e das “Minérios e metais” (1,3 p.p.). No primeiro mês de 2018, deve igualmente destacar-se o contributo positivo dos produtos “Material de transp. terrestre e suas partes” (5,0 p.p.), seguido dos “Agroalimentares” (1,3 p.p.) e dos “Minérios e metais” (1 p.p.).
- * Em janeiro de 2018, as exportações para o mercado comunitário cresceram 10,4 %, em termos homólogos, tendo contribuído em 7,9 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 registaram um crescimento de 8,7 %, em termos homólogos, e as exportações para os países do Alargamento 44,6 %, sendo os respetivos contributos para o crescimento do total das exportações de 6,3 p.p. e 1,6 p.p.. As exportações para França, o segundo mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (13,4% do total de janeiro de 2018), registaram o maior contributo Intra UE-15 (2,0 p.p.) para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para Itália e Espanha (0,9 p.p. e 0,7 p.p. respetivamente).
- * No primeiro mês de 2018, as exportações para os Países Terceiros cresceram a um ritmo inferior ao das exportações Intra UE (6,9%), passando a representar 23,6 % do total das exportações nacionais (-0,6 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para a Brasil (95,9%), o China (29%) e o México (20,4%).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de janeiro de 2018, as Exportações de Bens e Serviços cresceram 8,6%, em termos homólogos. A componente de Bens registou um melhor desempenho (9,3%) face à dos Serviços (7,2%), sendo a componente de Bens a que registou maior contributo (6,4 p.p.) para o crescimento do total das exportações.

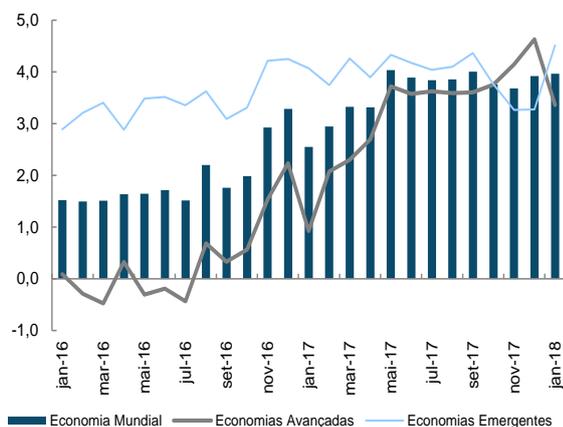
³ Resultados mensais preliminares de janeiro de 2018.

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

Em janeiro de 2018, a produção industrial mundial acelerou ligeiramente para 4% em termos homólogos (3,9% no mês precedente) devido ao reforço do crescimento dos países emergentes e em desenvolvimento; já que as economias avançadas abrandaram.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



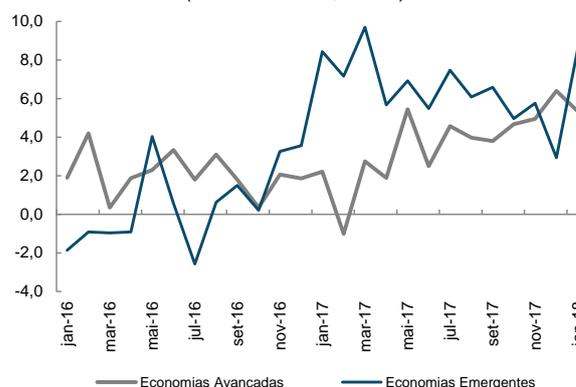
Fonte: CPB.

Igualmente, o comércio mundial de mercadorias também se tornou mais intenso sobretudo ao fortalecimento das importações de mercadorias.

De facto, em janeiro de 2018 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial aumentou para 5,7% (4,8% em dezembro de 2017);
- as importações e exportações aceleraram para 6,6% e 4,7%, respetivamente (5% e 4,6%, designadamente, no mês precedente).

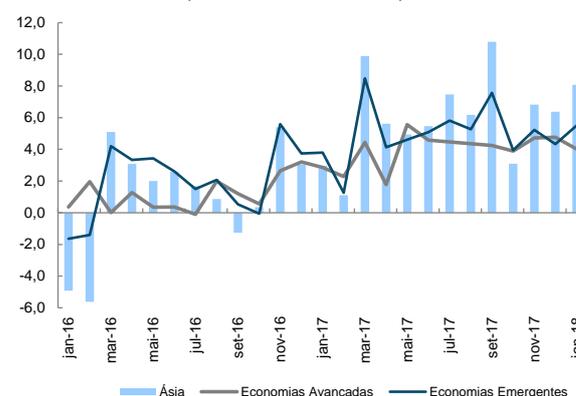
Figura 1.2. Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

No início do ano de 2018, assistiu-se a um maior dinamismo das trocas comerciais dos países emergentes e em desenvolvimento, sendo particularmente expressivo para as importações, especialmente da Ásia. Pelo contrário, o comércio externo das economias avançadas registou algum abrandamento.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

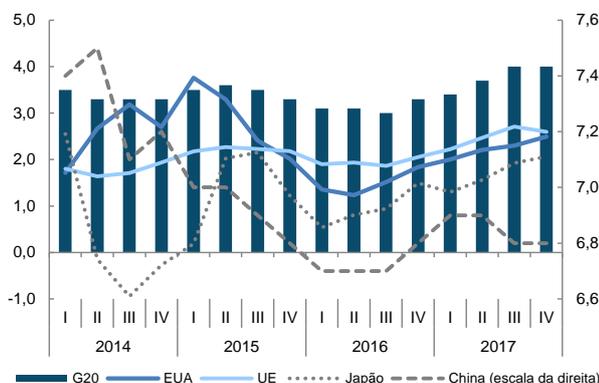
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2016	2017					2017			2018
				4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan	
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	3,5	2,7	2,9	3,7	3,9	3,8		3,8	3,7	3,9	4,0
Economias Avançadas	VH	CPB	3,1	1,4	1,8	3,3	3,6	4,2		3,8	4,1	4,6	3,4
Economias Emergentes	VH	CPB	3,9	3,9	4,0	4,1	4,2	3,4		3,8	3,3	3,3	4,5
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	4,5	2,2	3,9	4,3	5,1	4,7		4,4	5,1	4,8	5,7
Importações Mundiais	VH	CPB	4,6	1,8	4,1	4,3	5,1	5,0		4,8	5,3	5,0	6,6
Economias Avançadas	VH	CPB	3,5	1,4	1,3	3,3	4,1	5,3		4,7	4,9	6,4	5,3
Economias Emergentes	VH	CPB	6,4	2,3	8,4	6,0	6,7	4,5		5,0	5,8	2,9	8,6
Exportações Mundiais	VH	CPB	4,4	2,5	3,8	4,2	5,2	4,5		3,9	4,9	4,6	4,7
Economias Avançadas	VH	CPB	4,0	2,1	3,2	4,0	4,4	4,5		3,9	4,7	4,8	4,0
Economias Emergentes	VH	CPB	4,9	3,1	4,5	4,6	6,2	4,5		4,0	5,2	4,3	5,5

Atividade Económica Extra-UE

No 4.º trimestre de 2017, o PIB do **G20** aumentou para 4% em termos homólogos reais (igual ao período precedente), o qual foi influenciado por um crescimento mais forte dos EUA e do Japão, a par de uma relativa estabilização da economia europeia. De entre os países emergentes, destaca-se um reforço do PIB da Índia e uma melhoria do Brasil.

Figura 1.4. PIB do G20, em volume
(VH, em %)

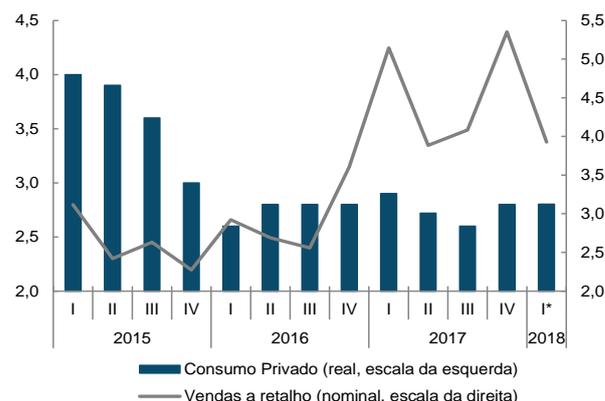


Fonte: OCDE.

Os indicadores disponíveis para o 1.º trimestre de 2018 para os **EUA** indicam a continuação de um crescimento económico moderado e uma evolução favorável do mercado de trabalho. No conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2018 e, em termos homólogos nominais:

- a produção industrial aumentou para 3,9% (3,5% no 4.º trimestre de 2017) acompanhado de uma subida dos indicadores de confiança dos empresários;
- as vendas a retalho abrandaram para 3,9% (5,4% no 4.º trimestre de 2017); embora o consumo privado tivesse mantido um forte crescimento em janeiro (2,7%);
- a taxa de desemprego estabilizou em 4,1% e a taxa de inflação aumentou para 2,2% (2,1% no 4.º trimestre de 2017) .
- As exportações de bens registaram um aumento de 5,3% em termos homólogos nominais em janeiro de 2018 (8,6% em dezembro de 2017).

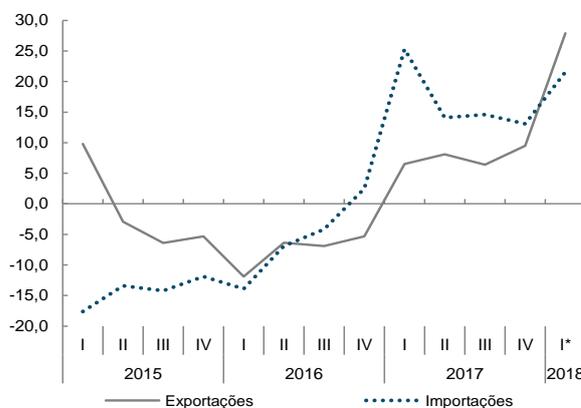
Figura 1.5. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



Fonte: *Bureau of Economic Analysis. Census Bureau.* * média de janeiro e fevereiro p/ vendas a retalho e trimestre terminado em janeiro p/ consumo privado.

Os indicadores disponíveis para a **China** sugerem uma atividade económica robusta no início de 2018. De facto, no conjunto dos meses de janeiro e fevereiro e, em termos homólogos, as trocas comerciais de bens tornaram-se muito dinâmicas, cujo forte incremento das exportações também se deveu às distorções derivadas das comemorações do Novo Ano Chinês se ter celebrado em meados de fevereiro (quando em 2017 este foi no início do mês).

Figura 1.6. Comércio Externo de Bens da China
(VH nominal, em %)



Fonte: OMC. * média dos meses de janeiro e fevereiro.

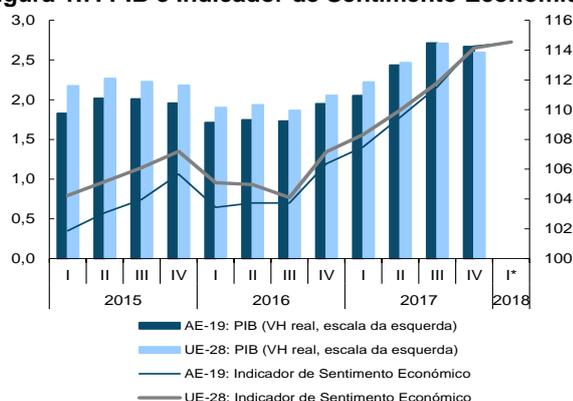
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2016					2017		2018	
				4T	1T	2T	3T	4T	nov	dez	jan	fev
EUA – PIB real	VH	BEA	2,3	1,8	2,0	2,2	2,3	2,5	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFERS	2,0	-0,1	0,6	2,1	1,6	3,5	3,8	3,5	3,5	4,4
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	57,5	53,2	56,7	55,8	58,7	58,7	58,2	59,3	59,1	60,8
Índice ISM dos Serviços	%	"	60,2	60,1	60,9	61,3	58,2	60,1	61,1	57,8	59,8	62,8
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	96,8	93,1	97,2	96,4	95,1	98,4	98,5	95,9	95,7	99,9
Taxa de Desemprego	%	BLS	4,4	4,7	4,7	4,3	4,3	4,1	4,1	4,1	4,1	4,1
China – PIB real	VH	NBSC	6,9	6,8	6,9	6,9	6,8	6,8	-	-	-	-
Exportações	VH	OMC	7,9	-5,3	6,5	8,1	6,4	9,5	11,5	10,8	11,2	44,5
Japão – PIB real	VH	COGJ	1,7	1,5	1,3	1,6	1,9	2,1	-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2018, o indicador de sentimento económico continuou a evoluir no sentido ascendente tanto para a União Europeia (UE) como para a área do euro (AE). De acordo com o indicador previsional do Banco de Itália, de fevereiro de 2018, o PIB trimestral em cadeia da AE manteve um nível muito elevado (+0,6%, no 4.º trimestre de 2017).

Figura 1.7. PIB e Indicador de Sentimento Económico



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat. * média de janeiro e fevereiro.

Os indicadores quantitativos para a área do euro em janeiro de 2018, indicam algum abrandamento da atividade económica, apesar da produção industrial e das exportações de bens terem apresentado um forte crescimento.

Figura 1.8. Exportações e Encomendas externas da Área do Euro

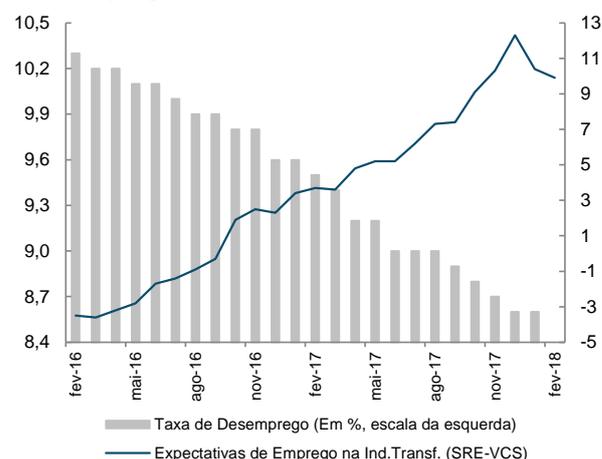


Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em janeiro de 2018, a taxa de desemprego estabilizou em 7,3% para a União Europeia e em 8,6% para a área do euro.

Em fevereiro de 2018, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego pioraram para todos os setores (indústria transformadora, serviços, construção e comércio a retalho).

Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em fevereiro de 2018, a taxa de inflação da área do euro diminuiu para 1,1% em termos homólogos (1,3% em janeiro) e para 1,4% em termos de variação dos últimos 12 meses (1,5% em janeiro). A evolução descendente da taxa de inflação deveu-se ao abrandamento dos preços de energia e à quebra dos preços dos produtos alimentares não transformados.

Na área do euro, os custos horários do trabalho da indústria e dos serviços mercantis desaceleraram para 1,7% em termos homólogos nominais no 4.º trimestre de 2017 (1,9% no 3.º trimestre).

O emprego total da economia abrandou para 1,6% em termos homólogos na AE no 4.º trimestre de 2017 (1,7% no trimestre precedente) acompanhado de um reforço de produtividade, cujo aumento foi de 1,1% em termos homólogos (1% no 3.º trimestre).

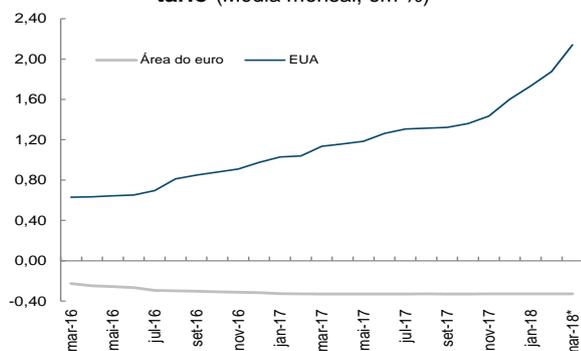
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2016					2017		2018	
				4T	1T	2T	3T	4T	nov	dez	jan	fev
União Europeia (UE-28) – PIB real	VH	Eurostat	2,4	2,1	2,2	2,5	2,7	2,6	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	111,1	107,2	108,3	110,0	111,8	114,1	113,7	115,1	114,8	114,3
Área do Euro (AE-19) – PIB real	VH	Eurostat	2,3	2,0	2,1	2,4	2,7	2,7	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	110,7	106,4	107,5	109,5	111,5	114,3	114,0	115,3	114,9	114,1
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	2,9	2,3	1,2	2,7	3,7	4,2	3,5	5,1	3,4	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	2,3	2,4	2,1	2,7	2,6	1,9	3,3	2,1	2,0	:
Taxa de Desemprego	%	"	9,1	9,7	9,5	9,1	9,0	8,7	8,7	8,6	8,6	:
IHPC	VH	"	1,5	0,7	1,8	1,5	1,4	1,4	1,5	1,4	1,3	:

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em março de 2018, as taxas de juro de curto prazo mantiveram-se relativamente estáveis para a área do euro, situando-se, em -0,33%, em média, até ao dia 23. Pelo contrário, nos EUA, as taxas de juro a 3 meses subiram para 2,1%, em linha com a decisão da Reserva Federal, a 21 de março, de aumentar as taxas de juro federais em 25 p.b., para o intervalo entre 1,50% e 1,75%.

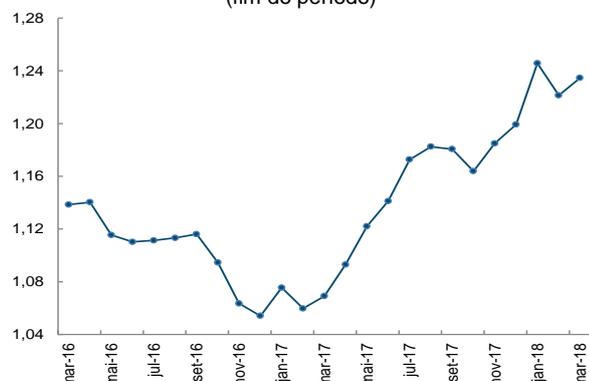
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do mercado monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 23.

Em fevereiro de 2018, as taxas de juro de longo prazo subiram tanto para os EUA como para a área do euro; embora este movimento ascendente tenha sido mais significativo para o primeiro caso. Num contexto de maior aversão ao risco, registou-se um aumento do diferencial das taxas de rentabilidade dos países periféricos da área do euro face à Alemanha.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)



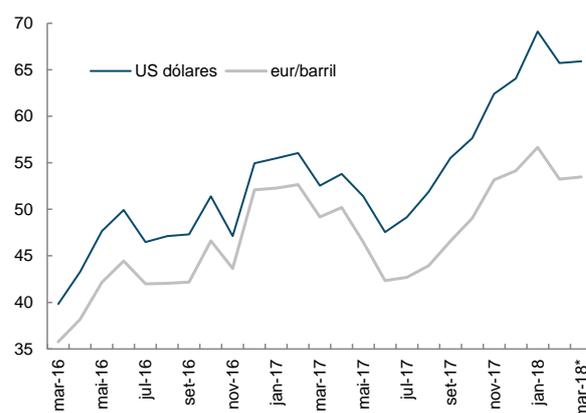
Fonte: Banco de Portugal. Para março, o valor é do dia 23.

Em março de 2018, o euro apreciou-se face ao dólar, situando-se em 1,23 no dia 23 (+1,1% face ao final do mês de fevereiro). Esta evolução refletiu a continuação de perspetivas favoráveis do crescimento económico para a área do euro (com destaque para a revisão em alta do PIB para 2018 pelo BCE) em acumulação com o surgimento de alguma instabilidade futura no domínio do comércio mundial provocado pela imposição, por parte dos EUA, de taxas aduaneiras de importações sobre o aço (de 25%) e o alumínio (de 10%).

Em fevereiro de 2018, o índice de preços relativo do preço do petróleo importado subiu para 50 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979).

Igualmente, em março de 2018, os preços do petróleo *Brent* aumentaram ligeiramente, tendo-se situado, em média, até ao dia 23, em 66 USD/bbl (53 €/bbl), influenciado por uma redução do *stock* de crude norte-americano e às especulações em torno de novas sanções ao Irão por parte dos EUA.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média até ao dia 23.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2016					2017		2018	
				4T	1T	2T	3T	4T	nov	dez	jan	fev
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	-0,33	-0,32	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	2,33	2,13	2,44	2,26	2,24	2,37	2,35	2,40	2,58	2,86
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	1,17	1,10	1,41	1,17	1,12	0,99	0,95	0,88	1,03	1,27
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,199	1,054	1,069	1,141	1,181	1,199	1,185	1,199	1,246	1,221
Dow Jones*	VC	Yahoo	25,1	7,9	4,6	3,3	4,9	10,3	3,8	1,8	5,8	-4,3
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	6,5	9,6	6,4	-1,7	4,4	-2,5	-2,8	-1,8	3,0	-4,7
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	54,79	51,16	54,69	50,92	52,19	61,38	62,41	64,07	69,12	65,73
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	21,6	14,3	55,7	8,44	11,11	19,97	32,4	16,6	24,5	17,3
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	19,2	16,1	60,9	11,4	5,6	9,8	21,8	4,0	8,4	1,1
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	42,1	40,6	45,0	40,6	38,6	45,7	45,7	47,8	49,9	50,0

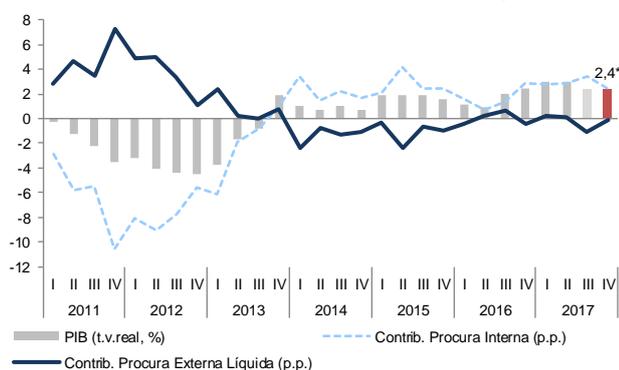
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

As Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 4.º trimestre de 2017 apontam para um crescimento homólogo de 2,4% do PIB (semelhante ao trimestre precedente). Este valor fica a dever-se a um contributo positivo da procura interna (2,4 p.p.) que contrasta com um contributo negativo da procura externa líquida (-0,1 p.p.). Para o conjunto do ano de 2017, o PIB registou um crescimento homólogo de 2,7%, que compara com 1,6% em 2016. Esta evolução é explicada por um contributo da procura interna (2,9 p.p.) superior ao verificado em 2016 (1,6 p.p.) e por um contributo negativo da procura externa líquida de 0,2 p.p. (contributo nulo em 2016).

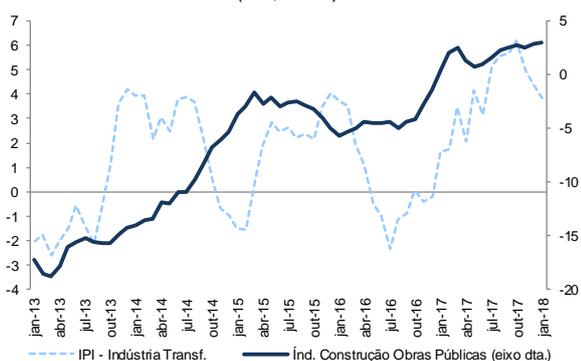
Figura 2.1. Contributo para a Taxa de Variação do PIB



Fonte: INE.

No trimestre terminado em janeiro de 2017, o indicador de atividade económica do INE registou uma ligeira deterioração (variação homóloga de 2,8%, que compara com 2,9% em dezembro de 2017).

Figura 2.2. Índices de Produção (VH, MM3)



Fonte: INE

Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2016	2017				2017			2018	
				4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan	fev
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	2,7	2,4	2,9	3,0	2,4	2,4	:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	2,0	1,2	1,6	2,2	2,2	1,9	2,1	2,1	1,9	1,9	1,9
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	2,4	1,0	1,4	2,4	1,8	3,9	4,3	2,8	4,5	3,0	1,6
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	3,7	2,9	3,1	3,9	3,2	4,3	4,2	4,3	4,5	3,9	3,5
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	13,8	7,7	10,9	13,5	16,0	14,9	13,6	16,7	14,3	15,3	13,2
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-22,2	-29,7	-27,4	-23,0	-19,2	-19,0	-18,4	-18,9	-19,8	-18,2	-16,8
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	4,2	-0,2	3,5	3,2	5,7	4,4	6,6	4,8	1,9	4,7	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	6,2	7,1	9,2	5,2	8,5	1,7	2,0	-0,3	3,2	-15,5	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	5,9	7,1	5,1	6,9	6,0	5,5	4,3	4,9	7,4	6,4	:

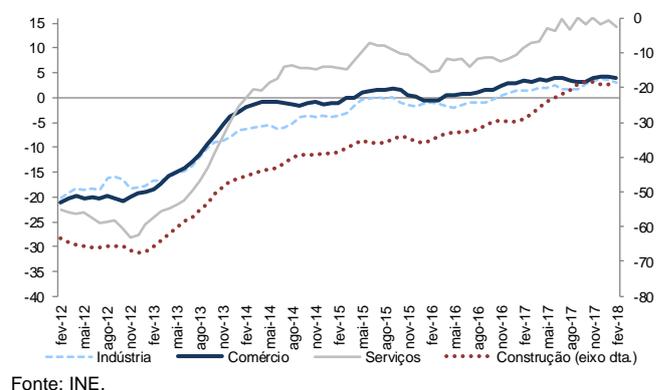
* Primeira Estimativa.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao trimestre terminado no mês de janeiro, mostram que, em termos homólogos:

- na indústria transformadora, o índice de produção aumentou 3,8% e o índice de volume de negócios apresentou uma variação de -4,5% (4,4% e 1,7% no 4.º trimestre de 2017, respetivamente);
- o índice de produção na construção e obras públicas apresentou um crescimento de 3% quando no último trimestre apresentava uma variação homóloga de 2,8%;
- o índice de volume de negócios nos serviços apresentou uma variação face ao período homólogo de 6,2% (aceleração de 0,7 p.p. face ao 4.º trimestre de 2017);
- o índice de volume de negócios no comércio a retalho aumentou 5,3%, valor superior em 1,2 p.p. ao verificado no trimestre terminado em dezembro.

No trimestre terminado em fevereiro do presente ano, assistiu-se a uma deterioração dos indicadores de confiança da indústria, do comércio a retalho e dos serviços, enquanto o setor da construção apresentou uma melhoria.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)

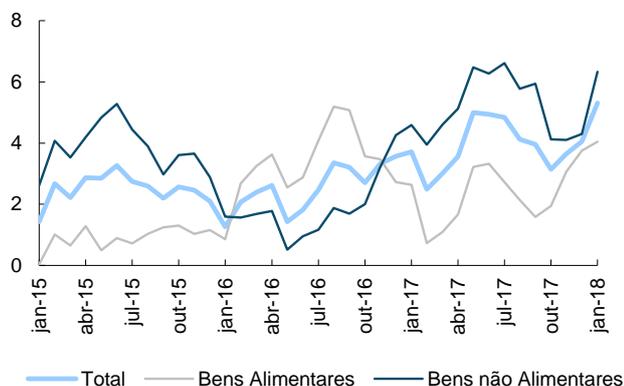


Fonte: INE.

Consumo Privado

Em janeiro de 2018, considerando uma média móvel de 3 meses, o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho aumentou 5,3% em termos homólogos. Esta melhoria foi suportada pelas duas componentes - alimentar e não-alimentar -, embora esta última tenha registado um maior crescimento.

Figura 2.4. Volume de Negócios do Comércio a Retalho
(MM3, VH, %)

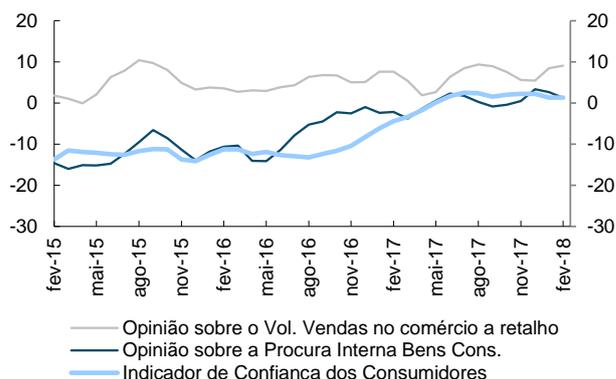


Fonte: INE.

No trimestre terminado em fevereiro, assistiu-se a uma melhoria da opinião dos empresários relativamente ao volume de vendas; no entanto, em igual período, a opinião dos empresários relativamente à procura interna de bens de consumo deteriorou-se ligeiramente.

Além disso, verificou-se uma estabilização do indicador de confiança dos consumidores – um indicador que se mantém positivo pelo décimo mês consecutivo.

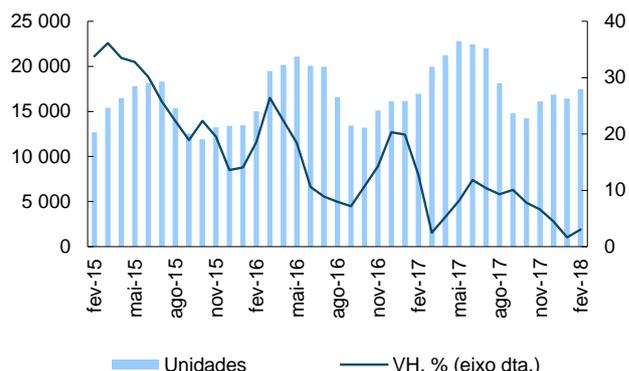
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores
(SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

Em fevereiro de 2017 foram vendidos 20 773 veículos ligeiros de passageiros, um aumento de 6 170 unidades face a janeiro e um aumento de 10,1% face a igual período de 2017.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros
(MM3)



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2016					2017			2018	
				4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan	fev
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	2,3	2,9	2,4	2,0	2,6	2,1	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SER-VE	"	0,5	-8,2	-3,4	1,7	1,5	2,3	4,4	1,7	0,7	1,7	1,6
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SER-VE	"	6,5	5,1	5,4	6,4	8,9	5,4	5,5	3,7	7,2	14,6	5,5
Índice de Vol. De Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	4,0	3,6	3,0	4,9	4,0	4,1	1,6	5,0	5,6	5,4	:
Bens Alimentares	VH	"	2,4	2,7	1,1	3,3	1,6	3,8	2,2	4,9	4,2	3,1	:
Bens não alimentares	VH	"	5,3	4,3	4,6	6,3	5,9	4,3	1,1	5,1	6,7	7,3	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	7,1	20,3	2,5	11,8	10,1	4,5	6,5	7,0	0,4	-2,8	10,1
Importação de Bens de Consumo***	VH	INE	6,6	6,1	8,3	8,1	4,3	5,9	11,6	3,0	3,1	11,1	:

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; de acordo com a nova base 2015=100; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

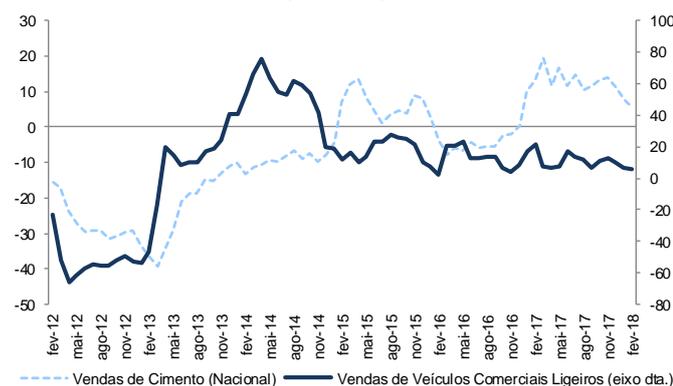
Investimento

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, no 4.º trimestre de 2017, em termos homólogos, a FBCF registou um crescimento de 5,5%, 4,5 p.p. inferior ao observado no trimestre precedente. Os dados para o ano de 2017 indicam que a FBCF registou um aumento de 9,1% (1,5% no ano anterior).

Os dados disponíveis para o investimento no trimestre terminado em fevereiro, mostram que, em termos médios homólogos:

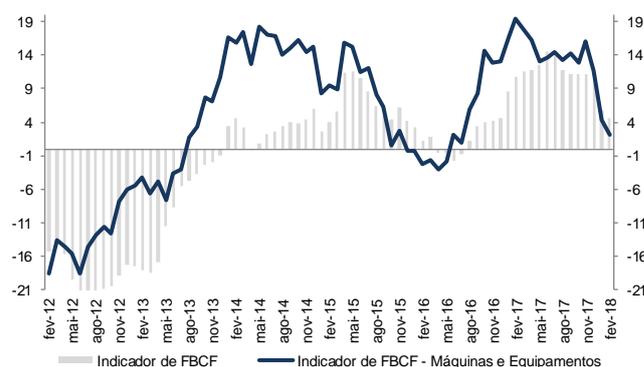
- as vendas de veículos comerciais ligeiros cresceram 5,7% (6,8% no trimestre terminado em janeiro) acompanhadas pela variação de 1,5% na venda de veículos comerciais pesados (desaceleração de 19,7 p.p. face ao período precedente);
- as vendas de cimento registaram uma variação de 5,8% (-1,7 p.p. quando comparado com os três meses precedentes);
- as opiniões dos empresários sobre o volume de vendas de bens de investimento no comércio por grosso registaram uma ligeira deterioração.

Figura 2.7. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Figura 2.8. Indicador de FBCF e Componentes
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao trimestre terminado em janeiro, mostram que, em termos homólogos:

- o índice de volume de negócios da indústria de bens de investimento para o mercado nacional registou um decréscimo de 0,5% (3,8% no 4.º trimestre de 2017);
- a importação máquinas e outros de bens de capital exceto material de transporte registou uma variação 4,2% (1,7 p.p. inferior ao registado no trimestre terminado em dezembro);
- as licenças de construção de fogos aumentaram 5,8% (16,7% no trimestre anterior).

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

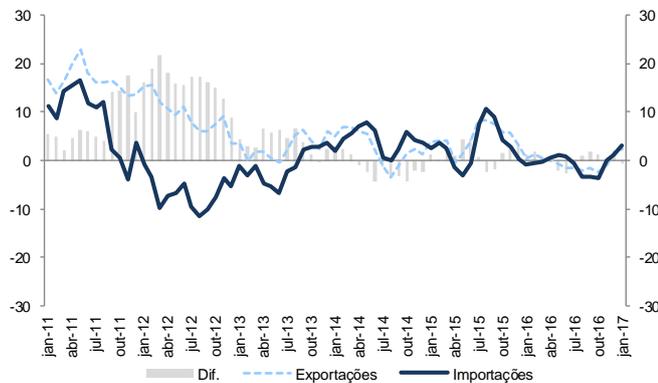
Indicador	Unidade	Fonte	2017	2016	2017				2017			2018	
				4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan	fev
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	8,5	5,8	7,4	10,1	10,4	6,2	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	"	9,1	5,8	9,6	11,4	10,0	5,5	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	VH/mm3	"	2,3	4,6	11,5	14,5	11,3	10,0	11,1	11,2	10,0	5,7	4,5
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-11	0,2	19,2	11,5	11,7	11,0	17,5	13,7	0,6	7,5	9,0
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	2,9	8,0	7,5	17,3	6,3	10,2	22,8	14,8	-0,1	9,3	12,4
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	4,9	18,8	-2,3	5,3	39,6	6,2	-12,4	75,7	-11,8	28,7	-9,1
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-8,5	-6,6	7,0	11,4	9,7	2,8	0,0	3,4	5,1	11,8	0,3
Licenças de Construção de fogos	VH	"	14,6	30,4	52,0	11,9	21,8	16,7	26,1	20,3	4,1	-4,4	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	0,6	13,2	20,1	18,0	12,3	5,9	22,6	5,1	-7,2	17,5	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-1,1	3,0	7,9	3,3	6,7	3,8	150,4	3,8	103,7	-8,9	:

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado Nacional.

Contas Externas

Em termos médios homólogos nominais, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para o trimestre terminado no mês de janeiro, apontam para um crescimento de 7,4% das importações e um aumento das exportações em 7,3% (10,1% e 8,2% no 4.º trimestre de 2017, respetivamente).

Figura 2.9. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3)



Fonte: INE.

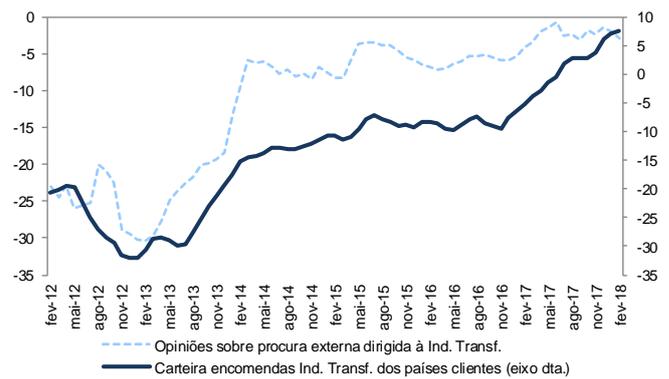
Também neste trimestre, e em termos homólogos nominais:

- a componente extracomunitária das exportações aumentou 0,4%, uma desaceleração de 1 p.p. face ao registado no 4.º trimestre. As exportações para o mercado intracomunitário aumentaram 9,8%, valor inferior aos 10,8% registados no 4.º trimestre do ano;
- as importações de bens, no mercado intracomunitário cresceram 8,3% enquanto, no mercado extracomunitário verificou-se um aumento de 4,4% (9,1% e 13,4% no trimestre terminado em dezembro, respetivamente).

Estes resultados permitem que a taxa de cobertura do comércio internacional de bens, se situe atualmente em 79,8% (79,9% em igual período de 2017).

No trimestre terminado em fevereiro, as opiniões sobre a procura externa na indústria evoluíram negativamente quando comparadas com o último trimestre de 2017.

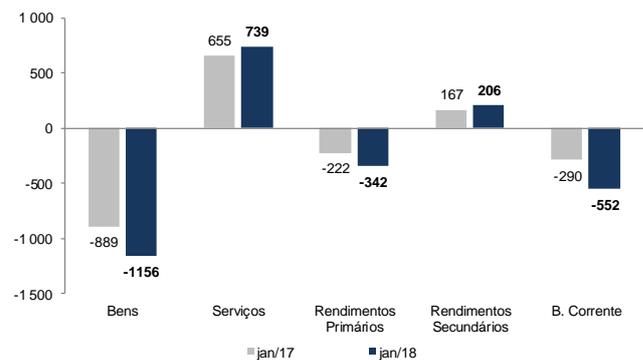
Figura 2.7. Procura Externa dirigida à Indústria.



Fonte: INE.

Em janeiro de 2018, a balança corrente registou um défice de 552 milhões de euros, o que representa uma descida de 263 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz uma deterioração no saldo de todas as balanças, excetuando a balança de serviços e rendimentos secundários, face ao mês de janeiro de 2017.

Figura 2.8. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: BdP. Séries ajustadas de sazonalidade.

No mesmo período, a balança corrente e de capital apresentou uma necessidade de financiamento de 482 milhões de euros (um saldo inferior em 305 milhões de euros face ao défice de 176 milhões de euros registado em janeiro de 2017).

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016	2017				2017				2018
				4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez	jan
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	4,4	6,8	10,1	8,1	6,2	7,1	:	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	4,2	7,5	9,0	7,3	8,4	6,9	:	:	:	:	:
Saldo de Bens e Serviços*	% PIB	"	1,1	1,1	0,9	0,8	0,9	1,0	:	:	:	:	:
Capacidade de financiamento da economia*	% PIB	"	1,0	1,0	1,0	1,0	1,1	1,4	:	:	:	:	:
Saídas de Bens	VH nom	"	0,8	4,9	17,3	7,7	7,6	8,2	5,9	12,3	11,5	0,0	9,6
Entradas de Bens	VH nom	"	1,5	7,0	15,9	13,0	11,5	10,1	8,9	20,9	10,4	-0,5	12,4

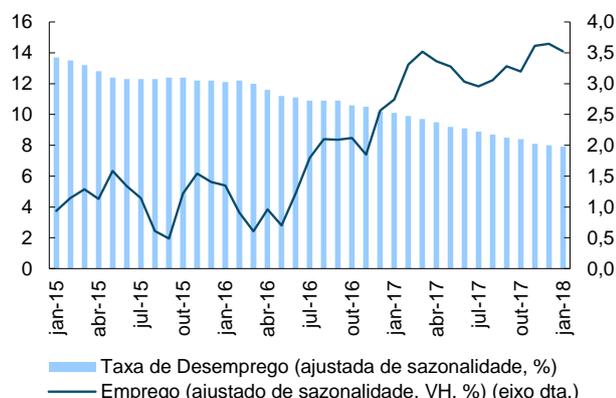
* Dados trimestrais referem-se ao ano terminado no respetivo trimestre.

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016	2017				2017	2018	Dif.
				4T	1T	2T	3T	4T	jan	jan	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁹ euros	BdP	2 978	1 070	-67	-769	2 412	1 123	-176	-482	-305
Saldo Balança de Bens	"	"	-9 645	-2 901	-2 447	-3 063	-3 151	-3 446	-889	-1 156	-268
Saldo Balança de Serviços	"	"	13 461	3 294	2 222	3 873	5 581	3 943	655	739	85
Saldo Balança de Rendimentos Primários	"	"	-4 356	-400	-816	-2 344	-1 136	-562	-222	-342	-120
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	"	"	1 641	493	571	431	625	600	167	206	40

Mercado de Trabalho

A taxa de desemprego, calculada pelo INE, diminuiu novamente em janeiro de 2018, situando-se agora em 7,9%, menos 2,2 p.p. que em janeiro de 2017. Por sua vez, o emprego cresceu 3,5% em igual período.

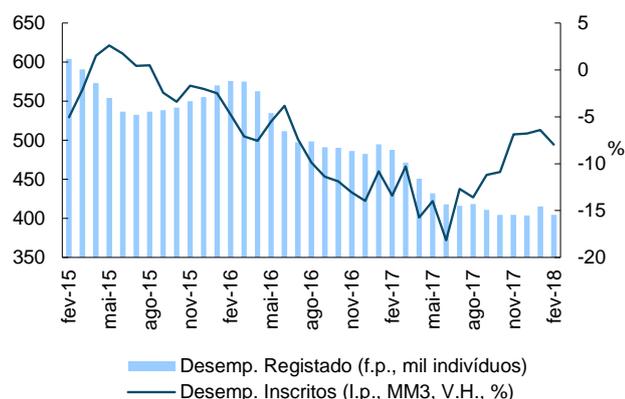
Figura 2.10. Emprego e Taxa de Desemprego Mensal



Fonte: INE .

No final de fevereiro de 2018, cerca de 405 mil pessoas encontravam-se inscritas nos centros de emprego, uma diminuição de 17,0% face a igual período de 2017. Já o desemprego inscrito ao longo do mês ascendeu aos cerca de 41 mil pedidos, menos 6,2% do que em janeiro de 2017.

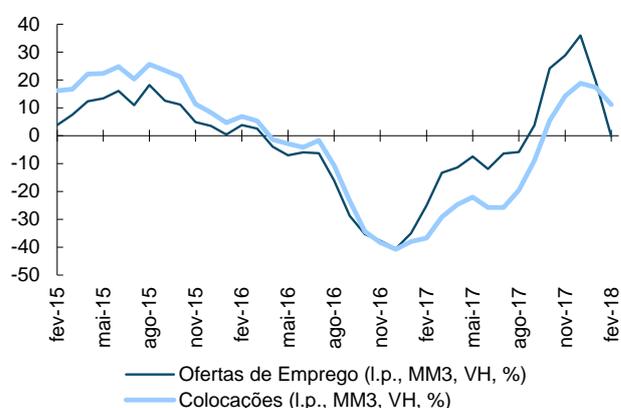
Figura 2.11. Desemprego



Fonte: IEFP.

Em fevereiro, o número de ofertas de emprego diminuiu 22,7% face ao mesmo período do ano passado. Apesar disso, o número de colocações subiu 9% em relação a fevereiro de 2017. Assim, o rácio entre ofertas e colocações fixou-se nos 62,2%, mais 18,1 p.p. do que um ano antes.

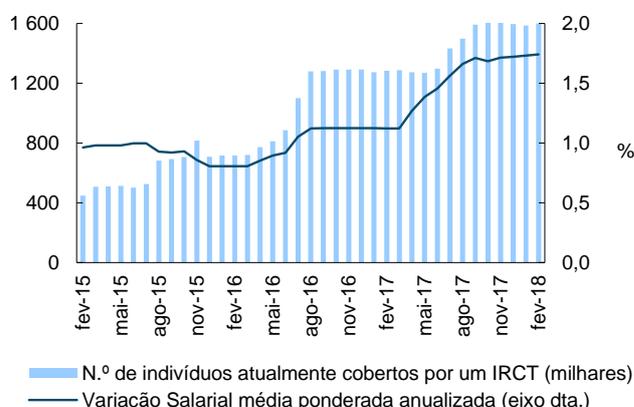
Figura 2.12. Ofertas de Emprego e Colocações (MM3, VH)



Fonte: IEFP.

Estima-se que, no final de janeiro, cerca de 1,6 milhões de trabalhadores se encontrassem abrangidos por Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho, um aumento de aproximadamente 24,6% face ao período homólogo. Já o aumento das remunerações médias implícitas fixou-se nos 1,7%, acima dos 1,1% registados em fevereiro de 2017.

Figura 2.13. Contratação Coletiva



Fonte: MSESS, estimativas GPEARI.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

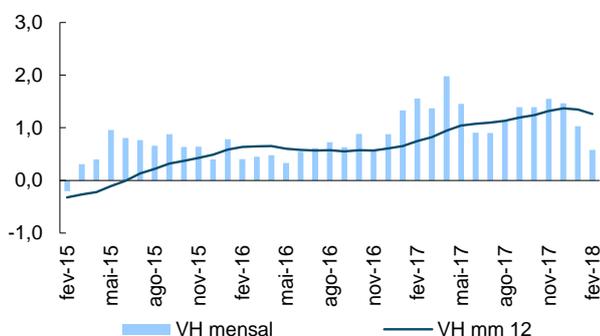
Indicador	Unidade	Fonte	2017	2016					2017			2018	
				4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan	fev
Taxa de Desemprego*	%	INE	8,9	10,5	10,1	8,8	8,5	8,1	8,4	8,1	8	7,9	:
Emprego Total*	VH	"	3,3	1,8	3,2	3,4	3,0	3,5	3,2	3,6	3,6	3,5	:
Desemprego Registrado (f.p.)	VH	IEFP	-16,3	-13,1	-18,0	-18,3	-16,3	-16,3	-17,5	-16,8	-16,3	-16,0	-17,0
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	-11,5	-14,0	-10,3	-18,1	-11,2	-6,8	-7,8	-2,3	-11,1	-6,8	-6,2
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	-1,5	-40,5	-13,3	-12,0	3,7	36,0	59,5	22,9	17,1	18,5	-22,7
Contratação Coletiva	VH	MSESS	1,7	1,1	1,1	1,5	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7
Índice do Custo do Trabalho** - Portugal	VH	INE	2,5	0,9	3,2	3,2	-0,9	4,7	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho** - AE	VH	Eurostat	:	1,7	1,3	1,9	1,9	:	-	-	-	-	-

*Valores Trimestrais do Inquérito Trimestral ao Emprego. Valores mensais das Estimativas Mensais (ajustadas de sazonalidade). **Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

A variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC), em fevereiro de 2017, foi de 0,6%, valor 0,4 p.p. abaixo do registado em janeiro. Em termos médios homólogos dos últimos 12 meses, o IPC aumentou 1,3%, valor idêntico ao do mês precedente.

Figura 2.14. Taxa de Variação do IPC
(VH, %)

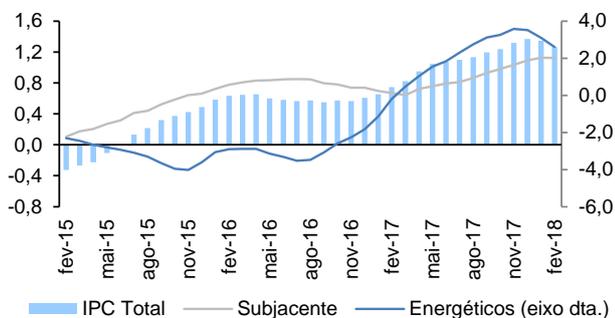


Fonte: INE.

O preço dos Bens estagnou (menos 0,3 p.p. que em janeiro), enquanto o preço dos Serviços aumentou 1,4%, 0,7 p.p. abaixo do registo do mês anterior.

Já o IPC excluindo produtos energéticos e alimentares não transformados (IPC subjacente), aumentou 0,6%, ligeiramente abaixo do valor do mês precedente, levando a que o diferencial em relação ao IPC global fosse zero.

Figura 2.15. Taxa de Variação do IPC (Subjacente e Energéticos)
(MM12, VH, %)



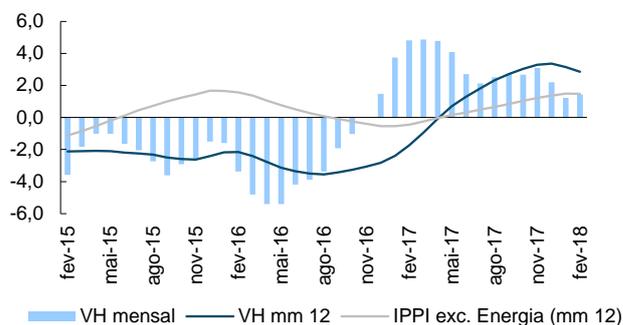
Fonte: INE.

Relativamente às classes do IPC, constata-se que as que registaram a maior quebra foram o Vestuário e a Acessórios para o Lar (com uma quebra de 2,4% e 0,9%, respetivamente), enquanto a classe de Restaurantes e Hotelaria foi a que registou a maior subida (2,4%).

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor registou, em Portugal, uma variação homóloga de 0,7%, enquanto a zona euro apresentou uma variação de 1,1%, levando a que o diferencial entre as duas se fixasse nos -0,4 p.p..

O Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) apresentou, em fevereiro de 2017, uma variação homóloga de 1,4%, o que traduz uma aceleração de 0,2 p.p. face a janeiro.

Figura 2.16. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE.

Ao nível das secções industriais, para as quais existem dados disponíveis, as Indústrias Transformadoras foram as que tiveram um maior aumento (1,5%), enquanto a secção industrial de Electricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Fria e Ar Frio foi a que teve a evolução menos favorável (-0,5%).

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

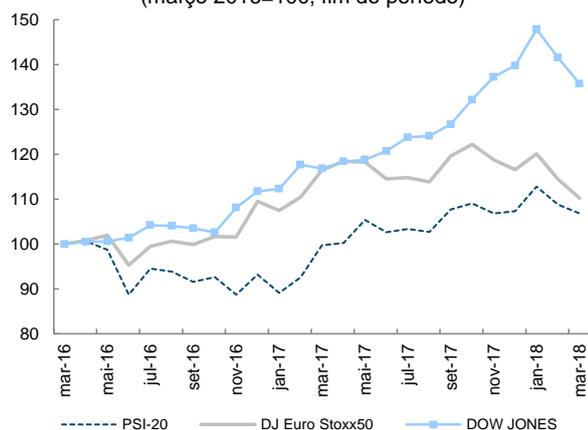
Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017							2018	
				jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	-0,4	-0,7	0,0	0,9	0,3	-0,3	0,0	-1,0	-0,7
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	1,4	0,9	0,9	1,1	1,4	1,4	1,5	1,5	1,0	0,6
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	:	1,1	1,1	1,1	1,2	1,2	1,3	1,4	1,3	1,3
IPC - Bens	VH	"	0,9	-0,1	0,0	0,3	0,6	0,6	1,3	1,0	0,3	0,0
IPC - Serviços	"	"	2,1	2,4	2,2	2,4	2,5	2,5	1,9	2,1	2,1	1,4
IPC Subjacente*	"	"	1,1	1,1	1,0	1,3	1,3	1,3	1,1	1,2	0,9	0,6
Índice de Preços na Produção industrial	VH	"	3,4	2,7	2,1	2,5	2,7	2,7	3,1	2,2	1,2	1,4
IHPC	"	"	1,6	1,0	1,0	1,3	1,6	1,9	1,8	1,6	1,1	0,7
Diferencial IHPC PT vs. AE	p.p.	Eurostat	0,1	-0,3	-0,3	-0,2	0,1	0,5	0,3	0,2	-0,2	-0,4

*IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos.

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Globalmente, no 1.º trimestre de 2018, os índices bolsistas internacionais registaram uma evolução desfavorável, com destaque para um aumento significativo da volatilidade, denotando uma maior aversão ao risco por parte dos investidores. Esta evolução refletiu, em parte, o anúncio por parte da Presidência dos EUA de imposição de taxas sobre importações procedentes da China com possível impacto no enfraquecimento do comércio mundial. Assim, em março de 2018 e, no dia 23, face ao final de 2017, os índices *Euro Stoxx50* e *Dow Jones* depreciaram-se cerca de 5% e 3%, respetivamente.

Figura 2.17. Índices Bolsistas
(março 2016=100, fim do período)

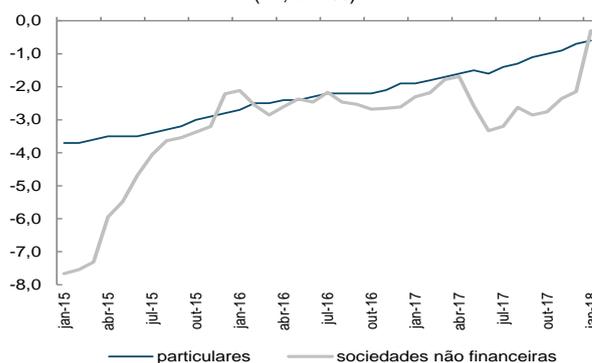


Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para março, o valor é do dia 23.

À semelhança do comportamento dos índices bolsistas internacionais, o índice PSI-20 (que manteve 18 empresas cotadas na sua revisão anual) também evoluiu negativamente no 1.º trimestre de 2018, tendo anulado os ganhos obtidos no início do ano.

Em janeiro de 2018, a taxa de variação anual dos empréstimos ao setor privado não financeiro foi de -0,5% em termos anuais (-1,2% no mês precedente). A melhoria registada deveu-se sobretudo ao crédito atribuído às empresas não financeiras, aproximando-se de uma variação nula.

Figura 2.18. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

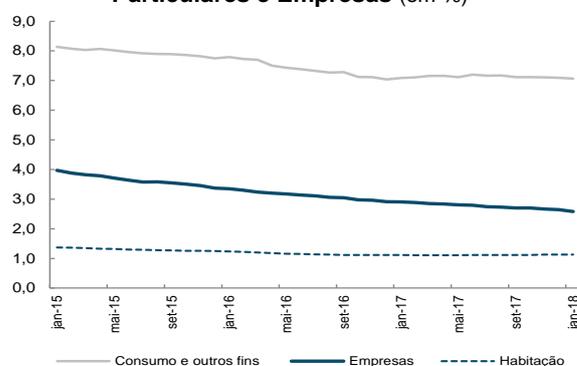


Fonte: Banco de Portugal.

Relativamente ao crédito destinado aos particulares, este foi de -0,6% em janeiro de 2018 (-0,7% no mês precedente) resultando da estabilização do crédito à habitação; do fortalecimento dos empréstimos ao consumo e da deterioração dos destinados para outros fins.

Em janeiro de 2018, as taxas de juro das operações do crédito diminuíram para as empresas, para se situarem em 2,6% (-33 pontos base face ao período homólogo). Para os particulares, as taxas de juro também reduziram-se ligeiramente, refletindo a diminuição dos juros no segmento do consumo e outros fins; já que os do crédito à habitação mantiveram-se em 1,13%.

Figura 2.19. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017						2018		
				jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	1,9	3,0	2,8	2,8	2,4	2,1	1,9	1,9	1,9	2,0
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	149	255	231	247	192	170	154	149	130	132
PSI20*	VC	CMVM	15,2	-2,6	0,7	-0,6	4,9	1,2	-2,1	0,5	5,1	-3,6
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-1,7	-2,5	-2,4	-2,3	-2,1	-1,9	-1,8	-1,7	-1,7	:
- para consumo	va**	"	8,9	8,1	9,0	9,5	9,7	8,5	8,2	8,9	9,7	:
Empréstimos a empresas	va**	"	-2,1	-3,3	-3,2	-2,6	-2,9	-2,8	-2,4	-2,1	-0,3	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	1,13	1,12	1,12	1,12	1,12	1,12	1,13	1,13	1,13	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	2,65	2,79	2,74	2,73	2,70	2,70	2,67	2,65	2,58	:

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

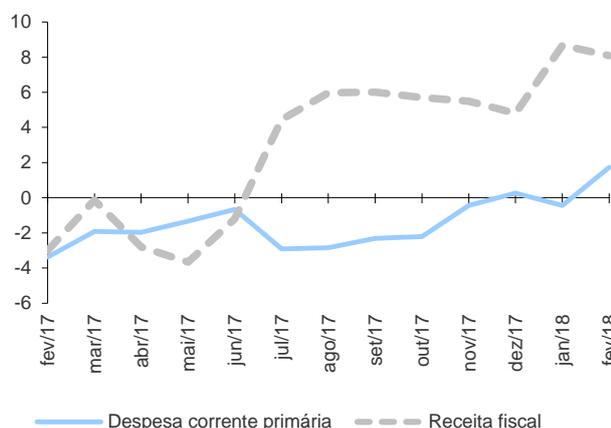
Finanças Públicas

No final do mês de fevereiro, a execução orçamental das Administrações Públicas registou um saldo global positivo de 258,2 milhões de euros, correspondente a uma melhoria de 231,5 milhões de euros relativamente ao saldo registado no mesmo mês do ano anterior¹. Este resultado assentou principalmente na receita efetiva, cujo crescimento (4,7%) superou o aumento concomitante da despesa efetiva (2,8%)². No mesmo período, o saldo primário cifrou-se em 1998,5 milhões de euros, valor que corresponde a uma melhoria de 482,3 milhões de euros face ao mês homólogo do ano anterior. O referido crescimento da receita efetiva foi marcado pelos significativos aumentos de registados *Receitas Fiscais* (7,1%) e nas *Contribuições para a Segurança Social* (5,9%). No que toca à despesa efetiva destacam-se o aumento verificado na rubrica *Juros e Outros Encargos* (16,8%) e as reduções apuradas nas *Despesas com o Pessoal* (3,1%) e na *Aquisição de Bens e Serviços* (7,2%).

Estado

No final do mês de fevereiro, o subsetor Estado registou um saldo global negativo de 722 milhões de euros, valor que representa uma melhoria de 404 milhões de euros relativamente ao défice apurado no período homólogo do ano anterior. O saldo primário apresenta um excedente de 624 milhões de euros que compara com o montante de 282 milhões de euros registado em idêntico período do ano anterior.

Figura 2.20. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

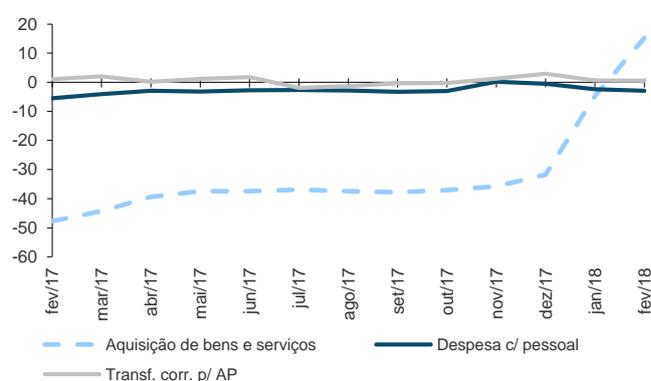
A referida melhoria do saldo global decorreu da combinação de um aumento de 6,2% da receita efetiva com um aumento de 0,4% da despesa efetiva do subsector. O grau de execução da receita efetiva situou-se, entretanto, 0,6 pontos per-

centuais acima do registado no período homólogo do ano anterior, enquanto o da despesa efetiva manteve o valor apurado em igual período do ano anterior.

Para a mencionada evolução da receita efetiva foi determinante o aumento registado na cobrança dos impostos diretos e dos impostos indiretos (6,9% e 8,8%, respetivamente).

O referido aumento da despesa efetiva teve como fatores preponderantes as reduções verificadas nas rubricas *Despesas com Pessoal* (2,9% em relação ao período homólogo anterior) e *Juros da Dívida Pública* (4,4%, *idem*), suficientes para compensar o aumento entretanto ocorrido nas *Transferências Correntes para as AP* (0,6%).

Figura 2.21. Despesa do Estado – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.8. Execução Orçamental do Estado

	2017	2018	2017	2018	2018			
	jan a fev		jan a fev		nov	dez	jan	fev
	10 ⁶ euros		grau de execução (%)		VHA (%)			
Receita Efetiva	6 936	7 369	15,1	15,7	3,5	3,1	6,5	6,2
Receita corrente	6 905	7 358	15,1	15,7	3,6	3,1	7,2	6,6
Impostos diretos	2 213	2 365	12,2	13,0	4,8	3,3	12,3	6,9
Impostos indiretos	4 037	4 390	17,3	17,7	6,0	6,0	6,1	8,8
Despesa Efetiva	8 062	8 091	15,4	15,4	-0,9	0,1	-1,4	0,4
Despesa corrente primária	6 422	6 532	15,1	15,7	4,8	6,0	-1,4	1,7
Despesa corrente	7 830	7 878	15,6	15,7	-1,1	-0,3	-1,1	0,6
Despesa com pessoal	1 381	1 341	15,5	14,6	0,1	-0,5	-2,4	-2,9
Aquisição bens e serviços	67	77	3,2	5,0	-35,7	-31,7	-4,7	15,3
Subsídios	5	10	4,8	8,0	-27,7	-15,8	55,0	97,7
Juros	1 408	1 346	18,7	18,5	-4,5	-3,5	-14,0	-4,4
Transferências corr. p/ AP	4 455	4 480	16,0	16,0	1,3	2,9	0,7	0,6
Saldo Global	-1 126	-722	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	282	624	-	-	-	-	-	-

Fonte: DGO.

¹ Exceto se for referido o contrário, os valores indicados foram apurados numa base de caixa.

² Exceto se for referido o contrário, as variações em percentagem referem-se ao período homólogo do ano anterior.

Serviços e Fundos Autónomos, (SFA) incluindo as Empresas Públicas Reclassificadas (EPR)

No final do mês de fevereiro, a execução orçamental dos SFA (incluindo o SNS e as EPR) revelou um saldo global positivo de 27 milhões de euros. Este valor representa uma redução de 243 milhões de euros relativamente ao mês homólogo do ano anterior.

Esta evolução assentou na combinação do crescimento da receita efetiva em 1,5% face ao período homólogo anterior com um aumento de maior intensidade (7,3%) do total da despesa efetiva do subsector.

Do lado da receita assinala-se o aumento registado nas *Transferências Correntes das AP* (3,2%); do lado da despesa merece destaque o aumento de 4,2% verificado na rubrica *Transferências Correntes*.

No mesmo período, as EPR incluídas neste subsector apresentaram um saldo global negativo de 429 milhões de euros, valor que traduz um agravamento em relação ao défice registado no mês homólogo do ano anterior (248 milhões de euros).

Este resultado decorre da conjugação de um aumento da receita efetiva (6,5%) com um acréscimo largamente superior da despesa efetiva (18%). O referido aumento da receita assentou, entretanto, na quase duplicação registada nas *Transferências Correntes das AP*. Do lado da despesa merece destaque a redução de 3,8% verificada nas *Despesas com o Pessoal*¹.

Quadro 2.9. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos				dos quais: Empresas Públicas Reclassificadas			
	2017		2018		2017		2018	
	jan a fev				jan a fev			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)	VHA (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)	VHA (%)
Receita Efetiva	4 486	4 551	14,0	15	1 192	1 269	12,8	6,5
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	579	571	14,7	-14	-	-	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	2 736	2 823	16,4	3,2	55	109	11,2	99,0
Despesa Efetiva	4 216	4 524	14,0	7,3	1 440	1 698	15,2	18,0
Despesa com pessoal	998	958	13,4	-4,0	571	549	14,0	-3,8
Aquisição de bens e serviços	980	891	11,3	-9,1	353	283	8,4	-19,8
Transferências correntes	1 608	1 675	14,4	4,2	10	10	12,9	2,2
Saldo Global	270	27	-	-	- 248	- 429	-	-

Fonte: DGO.

Quadro 2.10. Execução Financeira do SNS e Orçamental da CGA

	Serviço Nacional de Saúde					Caixa Geral de Aposentações			
	2017		2018			2017		2018	
	jan a fev					jan a fev			
	10 ⁶ euros	VHA (%)	Grau de execução (%)			10 ⁶ euros	VHA (%)	Grau de execução (%)	
Receita Efetiva	1 452	1 518	4,6	16,1	Receita Efetiva	1 496	1 501	0,3	14,5
Receita fiscal	29	39	-	35,8	Contribuições p/ a CGA	579	570	-1,4	14,7
Outra receita corrente	1 421	1 476	3,9	16,1	Quotas e contribuições	560	552	-1,4	14,6
Receita de capital	3	3	16,0	2,6	Transferências correntes do OE	803	819	2,0	15,7
Despesa Efetiva	1 460	1 523	4,3	15,7	Complicação do OE	765	780	2,0	15,9
Despesa com pessoal	652	659	1,1	16,6	Compensação por pagamento de pensões	38	39	2,4	17,0
Aquisição de bens e serviços	799	845	5,7	15,5	Despesa Efetiva	1 463	1 443	-1,4	14,5
Despesa de capital	4	5	41,7	3,2	Pensões	1 431	1 407	-1,6	14,5
Saldo Global	- 8	- 4	-	-	Saldo Global	32	58	:	:

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

¹ Importa não perder de vista as EPR englobam os *Hospitais EPE* onde se repercute a política de reversão gradual da redução remuneratória na Administração Pública.

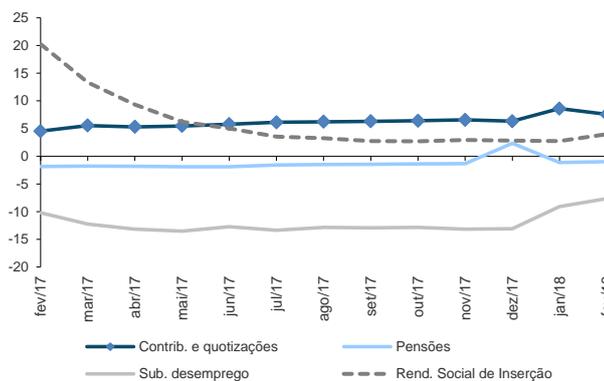
Segurança Social

No final do mês de fevereiro, a execução orçamental do subsetor da Segurança Social apresentou, um saldo global positivo de 779 milhões de euros, valor que representa uma melhoria de 100 milhões de euros em relação ao mês homólogo do ano anterior.

Para esta evolução contribuiu o crescimento de 4% da receita efetiva, superior ao aumento concomitante de 2% registado na despesa efetiva.

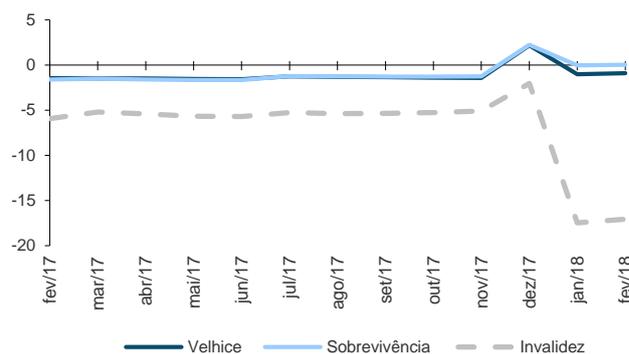
No crescimento da receita efetiva destaca-se o crescimento da receita com origem nas *Contribuições e Quotizações* (7,6%). Do lado da despesa efetiva merece destaque a ligeira redução verificada nas *Pensões* (1%).

Figura 2.22. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



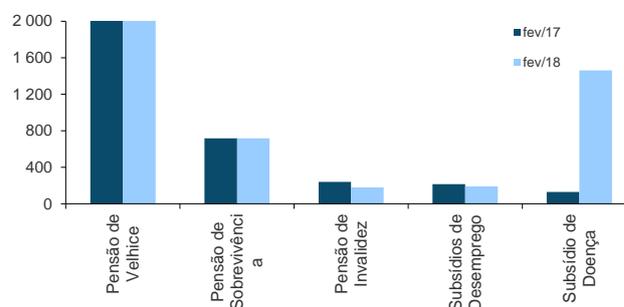
Fonte: DGO.

Figura 2.23. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Figura 2.24. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fonte: MTSS.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social

	Segurança Social			
	2017	2018		
	jan a fev			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Grau de execução (%)
Receita Efetiva	4 432	4 608	4,0	16,4
Contribuições e quotizações	2 558	2 752	7,6	16,7
Transferências correntes da Administração Central *	1 473	1 395	-5,3	16,4
Despesa Efetiva	3 753	3 829	2,0	14,1
Pensões	2 357	2 334	-1,0	14,0
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	85	84	-0,9	17,8
Subsídio de desemprego e apoio ao emprego	246	227	-7,7	16,8
Prestações e ação social	590	615	4,3	15,2
Saldo Global	679	779	-	-

* Não inclui IVA social e transferências no âmbito da Plano de Emergência Social.

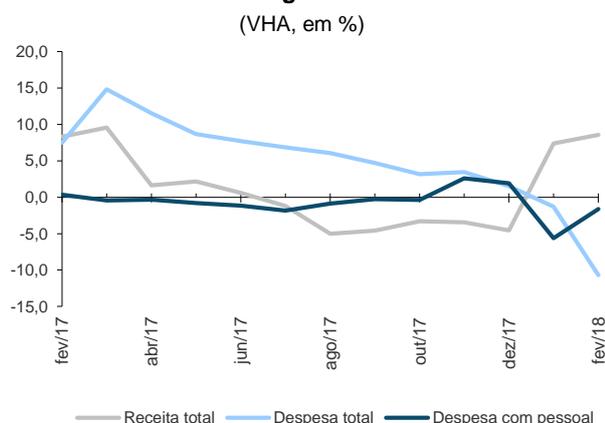
Fonte: DGO.

Administração Regional

A execução orçamental do subsector da Administração Regional registou, no fim do mês de fevereiro, um saldo global positivo de 62 milhões de euros, valor que compara com o défice de 11 milhões de euros apurado no mês homólogo do ano anterior.

Esta melhoria resulta da conjugação de um aumento de 8,6% na receita efetiva e de uma redução de 10,7% na despesa efetiva. Na base do crescimento da receita está o aumento de 9,6% verificado nas *Receitas Fiscais*; a diminuição da despesa está associada à redução dos gastos com, nomeadamente, *Pessoal* (1,6%), *Aquisição de Bens e Serviços* (20,4%) e *Investimento* (77,3%).

Figura 2.25. Execução Orçamental da Administração Regional



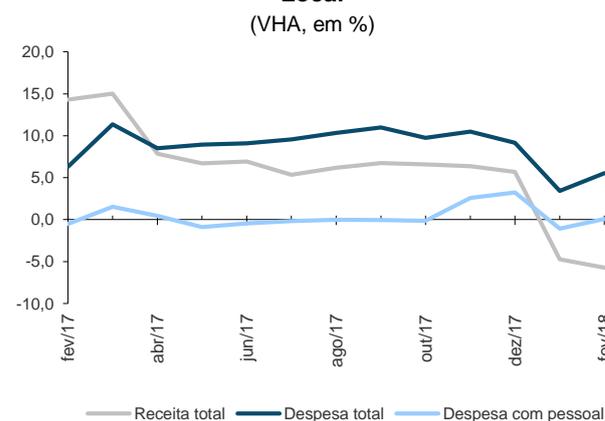
Fonte: DGO.

Administração Local

No final do mês de fevereiro, a execução orçamental do subsector da Administração Local apresentou, um saldo global positivo de 111 milhões de euros, inferior ao ao registado no período homólogo do ano anterior (215 milhões de euros).

Este resultado assenta no facto de a receita efetiva ter diminuído 5,7%, enquanto a despesa efetiva cresceu 5,5%. Este aumento da despesa efetiva resultou, principalmente, do elevado crescimento registado pelas despesas de *Investimento* (18,5%).

Figura 2.26. Execução Orçamental da Administração Local



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional		Administração Local		VHA (%)	VHA (%)
	2017	2018	2017	2018		
	jan a fev		jan a fev			
	10 ⁶ euros		10 ⁶ euros			
Receita Efetiva	374	406	1 028	970	8,6	-5,7
Impostos	191	209	310	269	9,6	-13,0
Transferências correntes	107	105	407	423	-	3,9
Despesa Efetiva	385	343	814	858	-10,7	5,5
Pessoal	151	149	342	342	-1,6	0,1
Aquisição de bens e serviços	86	69	245	240	-20,4	-1,9
Transferências correntes	37	34	72	77	-7,7	7,6
Investimento	30	7	97	115	-77,3	18,5
Saldo global	- 11	62	215	111	-	-

Fonte: DGO.

Dívida Pública

Dívida Pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

No final de janeiro, a dívida do sector das Administrações Públicas (critério de Maastricht) era de 243.598 milhões de euros, representando um aumento de 1.000 milhões de euros (mais 0,4%) relativamente ao final do ano anterior.

O subsector da Administração Central foi o principal responsável pelo aumento *stock* da dívida do sector das Administrações Públicas, com um aumento de 1.430 milhões de euros, enquanto o subsector da Administração Regional e Local manteve a tendência observada nos meses anteriores de redução da sua dívida (menos 99 milhões de euros em janeiro relativamente ao final de 2017).

No mesmo período, os depósitos detidos pela Administração Central aumentaram cerca de 901 milhões de euros, fixando-se em 15.404 milhões de euros e mantendo praticamente estável o valor da dívida líquida (aumento de cerca de 100 milhões de euros).

Quadro 2.13. Dívida das Administrações Públicas
(milhões de euros)

	2016 dez	2017 dez	2018 jan
Administrações Públicas	240 958	242 598	243 598
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	243 592	247 632	249 062
Administração Regional e Local	10 524	10 040	9 941
Segurança Social	1	1	1
Consolidação entre subsectores	13 160	15 074	15 406
<i>por memória:</i>			
Depósitos da Administração Central	17 180	14 503	15 404

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP
(milhões de euros)

	2017 dez	2018 jan	2018 fev
Administrações Públicas	1 660	2 078	2 113
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	373	617	598
Administração Regional	294	324	299
Administração Local	993	1 137	1 215
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

No final de fevereiro, a dívida não financeira do sector das Administrações Públicas atingiu o montante de 2.113 milhões de euros, representando um aumento de 34 milhões de euros relativamente ao mês anterior.

O aumento da dívida foi liderado pelo subsector da Administração Local (mais 78 milhões de euros), ao mesmo tempo que os subsectores da Administração Central e da Administração Regional contribuíam com reduções de 19 milhões de euros e 25 milhões de euros, respetivamente.

O subsector da Administração Local continua a ser responsável por mais de metade do total da dívida não financeira (cerca de 58%).

O valor dos pagamentos em atraso no sector das Administrações Públicas aumentou em fevereiro, relativamente ao mês anterior, 78 milhões de euros (6,6%). O valor dos pagamentos em atraso no final de fevereiro era de 1.265 milhões de euros.

Os hospitais EPE, com um aumento de 73 milhões de euros, foram os principais responsáveis por esta evolução dos pagamentos em atraso, sendo responsáveis por cerca de 4/5 do total do valor dos pagamentos em atraso no sector das Administrações Públicas (cerca de 64% no final de 2016).

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso
(milhões de euros)

	2016 Dez	2018 jan	2018 fev
Administrações Públicas	851	1 188	1 265
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central (excl. saúde)	17	18	19
SNS	6	4	5
Hospitais EPE	544	951	1 024
Empresas Públicas Reclasseificadas	13	12	12
Administração Regional	120	96	98
Administração Local	150	106	107
Segurança Social	0	0	0
Outras Entidades	3	0	0
Empresas públicas não reclassificadas	3	0	0
Adm. Públicas e outras entidades	854	1 188	1 266

Fonte: DGO.

Dívida Direta do Estado

A dívida directa do Estado, denominada em euros, aumentou 1.630 milhões de euros entre fevereiro e janeiro devido a um valor de novas emissões de dívida (4.117 milhões de euros) superior ao valor das amortizações (2.511 milhões de euros).

Em fevereiro a emissão de nova dívida transacionável foi de 2.457 milhões de euros, dividida entre 1.103 milhões de euros de Bilhetes do Tesouro e 1.354 milhões de euros de Obrigações do Tesouro. Nas amortizações destaca-se a redução de 2.400 milhões de euros de dívida não transacionável envolvendo essencialmente CEDIC e CEDIM. No período, foram ainda amortizados 88 milhões de euros de Certificados de Aforro e Certificados do Tesouro, valor inferior aos 176 milhões de euros de novas subscrições deste tipo de dívida pública.

Não existem alterações assinaláveis na estrutura da dívida, mantendo-se o maior peso da dívida transacionável (cerca de 61,8%).

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado
(milhões de euros)

	31/jan/18	fev/18			28/fev/18
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	143 933	2 457	112	- 31	146 247
<i>da qual:</i> Bilhetes do Tesouro	13 768	1 103	0	0	14 872
<i>da qual:</i> Obrigações Tesouro	120 832	1 354	112	- 31	122 043
Não Transacionável	34 978	1 661	2 400	0	34 239
<i>da qual:</i> Cert. Aforro e do Tesouro	27 070	176	88	0	27 159
<i>da qual:</i> CEDIC e CEDIM	4 125	1 329	2 194	0	3 260
Prog. de Ajustamento Económico	56 147	0	0	54	56 201
Total	235 057	4 117	2 511	23	236 687

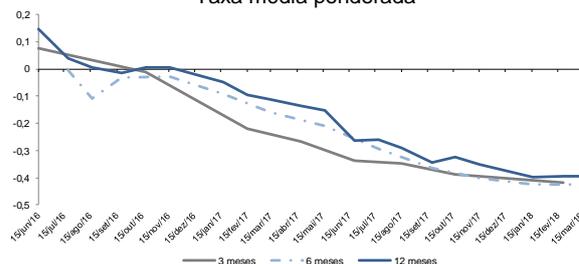
Fonte: IGCP.

Emissões e Amortizações de Dívida

Em março foram realizadas quatro operações de colocação de dívida pública (Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro) com as seguintes características:

- No dia 21 foi colocado um montante de 350 milhões de euros de Bilhetes do Tesouro (não houve fase não competitiva), com maturidade em setembro de 2018 e uma taxa média ponderada de colocação de -0,424% (-0,425% na última colocação para o mesmo prazo);
- Na mesma data, foi colocado um montante de 952 milhões de euros (52 milhões de euros na fase não competitiva), também de Bilhetes do Tesouro, com maturidade em março de 2019, e uma taxa média ponderada de colocação de -0,394% (-0,393% na última colocação para o mesmo prazo).
- No dia 14 foi realizada uma colocação de 292 milhões de euros de Obrigações do Tesouro (incluindo 17 milhões na fase não competitiva), a 27 anos (maturidade em fevereiro de 2045) que registou uma taxa de colocação de 2,8%. Esta operação confirma a tendência de redução das taxas de juro nos prazos mais longos que tem sido antecipada pela tendência também decrescente observada nas taxas de juro dos títulos de dívida pública de curto prazo.
- Na mesma data foram colocados 975 milhões de euros, também de Obrigações do Tesouro, a uma taxa de 1,778% e com maturidade em outubro de 2018 (2,046% na última colocação para o mesmo prazo).

Figura 2.27. Emissões de BT
Taxa média ponderada



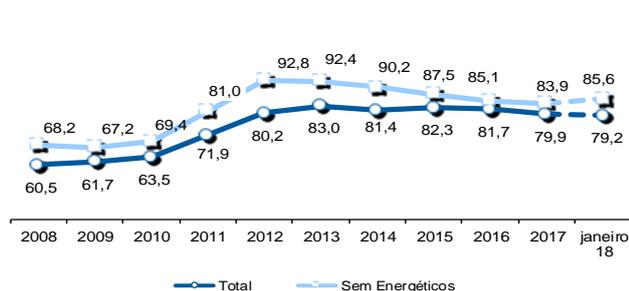
Fonte: IGCP.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, em janeiro de 2018, as exportações de mercadorias cresceram 9,6%, em termos homólogos, com as importações a crescerem 12,4% ^[3]. Nesse período, o défice da balança comercial de mercadorias (fob/cif) agravou-se 24,4%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 11,3%, em termos homólogos e as importações 12,7% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-EU (milhões de Euros)	janeiro			VH	
	2017	2018	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	4.344	4.760	9,6	7,3	9,4
Importações (cif)	5.348	6.008	12,4	7,4	11,8
Saldo (fob-cif)	-1.004	-1.249	24,4	7,7	22,4
Cobertura (fob/cif)	81,2	79,2	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	3.990	4.441	11,3	8,2	8,6
Importações (cif)	4.603	5.187	12,7	7,2	10,4
Saldo (fob-cif)	-613	-746	21,8	2,2	20,7
Cobertura (fob/cif)	86,7	85,6	-	-	-
Extra-EU (milhões de Euros)					
Exportações (fob)	1.053	1.125	6,9	0,4	13,0
Importações (cif)	1.388	1.509	8,7	4,4	17,8
Saldo (fob-cif)	-335	-384	14,4	43,8	64,5
Cobertura (fob/cif)	75,8	74,6	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:
Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

No primeiro mês de 2018, as exportações representaram 79,2% das importações, o que se traduziu num decréscimo de 2 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, no período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 85,6% das importações (-1,1 p.p. que em igual período do ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de janeiro

janeiro	Valores em milhões de Euros		
	2017	2018	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	4 344	4 760	9,6
Importações (cif)	5 348	6 008	12,4
Saldo (fob-cif)	- 1 004	- 1 249	24,4
Cobertura (fob/cif)	81,2	79,2	-
Intra UE			
Exportações (fob)	3 292	3 634	10,4
Importações (cif)	3 960	4 499	13,6
Saldo (fob-cif)	- 668	- 865	29,4
Cobertura (fob/cif)	83,1	80,8	-
Extra UE			
Exportações (fob)	1 053	1 125	6,9
Importações (cif)	1 388	1 509	8,7
Saldo (fob-cif)	- 335	- 384	14,4
Cobertura (fob/cif)	75,8	74,6	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

No primeiro mês de 2018, o défice da balança comercial de mercadorias Intra UE agravou-se 29,4% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescerem 10,4% e as importações 13,6%. O défice da balança comercial de mercadorias Extra UE agravou-se 14,4% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2017	2018	TVH	2017	2018	TVH
jan	5 348	6 008	12,4	4 344	4 760	9,6
fev	5 177			4 356		
mar	6 142			5 241		
abr	5 415			4 122		
mai	6 279			4 873		
jun	5 792			4 751		
jul	5 743			4 662		
ago	5 271			3 944		
set	5 873			4 651		
out	6 351			4 865		
nov	6 082			5 195		
dez	5 459			4 055		
1º Trim	16 667			13 941		
2º Trim	17 486			13 747		
3º Trim	16 887			13 257		
4º Trim	17 893			14 115		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº3/2018").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de janeiro de 2018 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 250 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2013). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

No primeiro mês de 2018, as exportações de mercadorias cresceram 9,6%, em termos homólogos. Excluindo os produtos energéticos, registou-se um crescimento de 11,3%.

Em janeiro de 2018, destaca-se o contributo positivo dos produtos “Material de transp. terrestre e suas partes” (5 p.p.), seguido dos “Agroalimentares” (1,3 p.p.) e dos “Minérios e metais” (1,0 p.p.). As “Máquinas e aparelhos e suas partes” são o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (14,6%). Seguem-se os “Material de transp. terrestre e suas partes” (14,3%) (Quadro 3.4).

A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em janeiro de 2018.

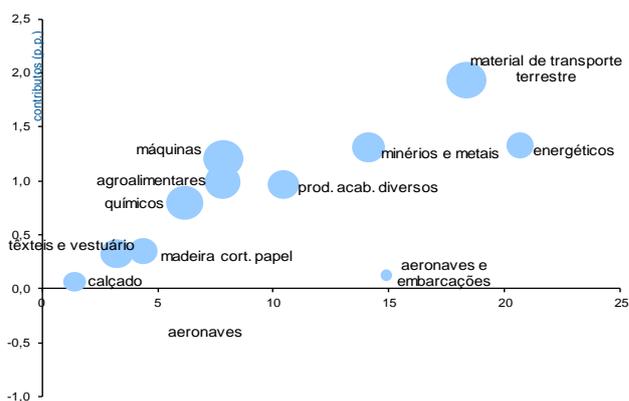
Nesse período, a generalidade dos grupos de produtos contribuiu positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (9,4%). Mais uma vez, os produtos relativos aos “Material de transp. terrestre e suas partes” foram os que mais contribuíram para este comportamento (1,9 p.p.). De destacar ainda o contributo positivo dos “Energéticos” e das “Minérios e metais”, ambos com 1,3 p.p..

De referir, ainda, os contributos dos “Máquinas e aparelhos e suas partes”, “Agroalimentares” e “Produtos acabados diversos” para o crescimento das exportações de mercadorias (contributos de 1,2 p.p., 1 p.p. e 1 p.p., respetivamente).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em janeiro de 2018

(Total: 9,4%)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
	janeiro		Anual		janeiro		últimos 12 meses ^[1]		janeiro	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
Total das Exportações	4 344	4 760	100,0	100,0	100,0	100,0	9,4	9,4	9,6	9,6
Agro-alimentares	502	557	11,5	12,5	11,5	11,7	7,8	1,0	11,1	1,3
Energéticos	354	319	8,3	7,2	8,2	6,7	20,7	1,3	-9,9	-0,8
Químicos	547	576	12,5	12,6	12,6	12,1	6,1	0,8	5,3	0,7
Madeira, cortiça e papel	313	339	8,1	7,5	7,2	7,1	4,4	0,3	8,4	0,6
Têxteis, vestuário e seus acessórios	446	443	9,2	9,6	10,3	9,3	3,2	0,3	-0,8	-0,1
Calçado, peles e couros	209	213	4,0	4,2	4,8	4,5	14	0,1	1,9	0,1
Minérios e metais	411	454	11,7	9,7	9,5	9,5	14,1	1,3	10,3	1,0
Máquinas e aparelhos e suas partes	687	694	15,3	15,3	15,8	14,6	7,8	1,2	1,1	0,2
Material de transp. terrestre e suas partes	463	680	11,1	11,1	10,7	14,3	18,3	1,9	46,7	5,0
Aeronaves, embarcações e suas partes	19	58	0,5	0,8	0,4	1,2	14,9	0,1	200,7	0,9
Produtos acabados diversos	393	427	7,7	9,4	9,0	9,0	10,4	1,0	8,6	0,8

Por memória:

Total sem energéticos	3 990	4 441	91,7	92,8	91,8	93,3	8,6	8,1	11,3	10,4
-----------------------	-------	-------	------	------	------	------	-----	-----	------	------

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em janeiro de 2018.

[2] (fev 17-jan 18)/(fev 16-jan 17) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

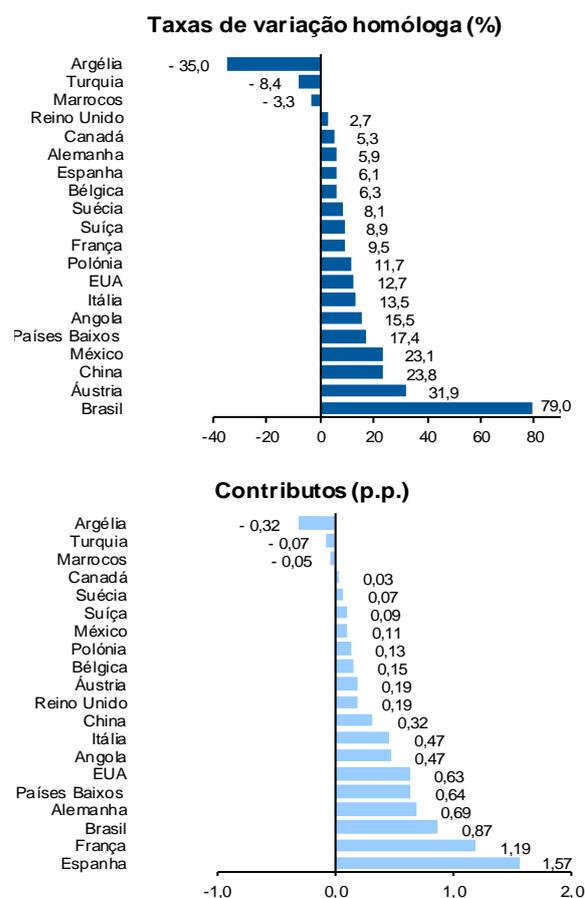
No primeiro mês de 2018, as exportações para os países intra UE cresceram 10,4%, em termos homólogos e as exportações para os países da UE-15 8,7%, com as exportações com destino aos Países do Alargamento a crescerem 44,6% e as exportações para os países terceiros 6,9%, inferior ao das exportações Intra UE (Quadro 3.5).

As exportações de mercadorias para França (2 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para Itália e Espanha (0,9 p.p. e 0,7 p.p. respetivamente).

No último ano a terminar em janeiro de 2018, as exportações para os países Intra UE cresceram 8,2%, em termos homólogos e as exportações para os países da UE-15 7,9 %. As exportações para Espanha (1,6 p.p.) e França (1,2 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações. Entre os países terceiros, destaca-se o crescimento das exportações para o Brasil (79%), China (23,8%) e México (23,1%). No mesmo período, destaca-se o decréscimo das exportações com destino à Argélia (35,0%) e Turquia (8,4%), ainda que com um impacto pouco expressivo na variação homóloga das exportações totais (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em janeiro de 2018



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Intra + Extra-UE (Fob)

Destino	Valores em milhões de Euros									
	janeiro		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	2017	2018	anual		janeiro		12 meses ^[1]		janeiro	
			2012	2017	2017	2018	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL	4 344	4 760	100,0	100,0	100,0	100,0	9,4	9,4	9,6	9,6
Intra UE	3 292	3 634	71,1	74,1	75,8	76,4	8,2	6,2	10,4	7,9
dos quais:										
UE-15	3 131	3 403	67,8	70,1	72,1	71,5	7,9	5,6	8,7	6,3
Espanha	128	167	22,5	25,2	26,0	24,3	6,1	1,6	2,6	0,7
França	551	638	11,8	12,5	12,7	13,4	9,5	12	15,6	2,0
Alemanha	520	544	12,4	11,3	12,0	11,4	5,9	0,7	4,7	0,6
Reino Unido	296	315	5,3	6,6	6,8	6,6	2,7	0,2	6,5	0,4
Itália	147	166	3,7	3,5	3,4	3,9	13,5	0,5	26,0	0,9
Países Baixos	174	177	4,1	4,0	4,0	3,7	17,4	0,6	18	0,1
Bélgica	120	146	3,1	2,3	2,8	3,1	6,3	0,2	21,8	0,6
Suécia	43	50	1,0	0,9	1,0	1,1	8,1	0,1	16,1	0,2
Áustria	22	49	0,6	0,7	0,5	1,0	31,9	0,2	27,8	0,6
Alargamento	160	231	3,2	3,9	3,7	4,9	13,3	0,5	44,6	1,6
Polónia	47	65	0,9	1,1	1,1	1,4	11,7	0,1	37,9	0,4
Extra UE	1 053	1 125	28,9	25,9	24,2	23,6	13,0	3,2	6,9	1,7
dos quais:										
EUA	223	220	4,1	5,2	5,1	4,6	12,7	0,6	-1,5	-0,1
Angola	132	117	6,6	3,2	3,0	2,5	15,5	0,5	-11,3	-0,3
Brasil	56	109	1,5	1,7	1,3	2,3	79,0	0,9	95,9	1,2
China	45	58	1,7	1,5	1,0	1,2	23,8	0,3	29,0	0,3
Marrocos	70	45	1,0	1,3	1,6	1,0	-3,3	0,0	-34,7	-0,6
Suíça	40	46	0,9	1,1	0,9	1,0	8,9	0,1	15,1	0,1
Turquia	26	28	0,8	0,7	0,6	0,6	-8,4	-0,1	7,4	0,0
Canadá	19	22	0,4	0,5	0,4	0,5	5,3	0,0	15,0	0,1
Argélia	20	24	0,9	0,5	0,5	0,5	-35,0	-0,3	19,3	0,1
México	20	24	0,4	0,5	0,5	0,5	23,1	0,1	20,4	0,1
Por memória:										
OPEP ^[4]	202	176	9,2	4,7	4,7	3,7	0,3	0,0	-12,9	-0,6
PALOP	174	59	8,0	4,3	4,0	3,4	10,1	0,0	-8,5	-0,3
EFTA	56	59	1,1	1,4	1,3	1,2	6,1	0,1	5,2	0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2017.

[1] Últimos 12 meses a terminar em janeiro de 2018.

[2] $(\text{fev } 17\text{-jan } 18) / (\text{fev } 16\text{-jan } 17) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

[4] Inclui Angola.

Importações de Mercadorias

Em janeiro de 2018, as importações de mercadorias cresceram 12,4% (Quadro 3.6).

A generalidade dos grupos de produtos contribuiu positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo dos produtos “Máquinas e aparelhos e suas partes” (3 p.p.), “Químicos” (2,1), “Material de transp. terrestre e suas partes” (1,9 p.p.), “Energéticos” (1,4 p.p.) e “agroalimentares” (1,1 p.p.).

A UE-28 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (74,9%).

No primeiro mês de 2018, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário cresceram 13,6%, em termos homólogos, com as provenientes dos países da UE-15 a crescerem, em 13% e as provenientes dos países do Alargamento 26,9%.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros cresceram 8,7%, em termos homólogos. A China destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (3,2% do total). Seguem-se a Rússia (2,4%) e os Brasil (2,2%).

Quadro 3.7. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	janeiro		Anual		janeiro		12 meses ^[1]		janeiro	
	2017	2018	2012	2017	2017	2018	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	5 348	6 008	100,0	100,0	100,0	100,0	11,8	11,8	12,4	12,4
Grupos de Produtos										
Agro-alimentares	775	832	15,5	15,3	14,5	13,8	8,4	1,3	7,4	1,1
Energéticos	745	822	20,8	11,6	13,9	13,7	23,6	2,5	10,3	1,4
Químicos	862	973	16,4	16,1	16,1	16,2	8,9	1,5	12,8	2,1
Madeira, cortiça e papel	173	181	3,1	3,2	3,2	3,0	5,5	0,2	4,5	0,1
Têxteis, Vestuário e seus acessórios	322	357	5,6	6,1	6,0	5,9	6,0	0,4	10,8	0,7
Calçado, peles e couros	133	147	2,1	2,4	2,5	2,4	3,5	0,1	10,7	0,3
Miérios e metais	456	502	8,2	8,6	8,5	8,3	20,7	1,6	10,1	0,9
Máquinas e aparelhos e suas partes	881	1044	14,8	17,1	16,5	17,4	13,4	2,3	18,5	3,0
Material de transp. terrestre e suas partes	673	775	7,8	12,3	12,6	12,9	10,8	1,3	15,2	1,9
Aeronaves, embarcações e suas partes	25	28	0,6	1,2	0,5	0,5	5,0	0,1	11,7	0,1
Produtos acabados diversos	304	349	5,1	6,0	5,7	5,8	8,7	0,5	15,0	0,8
Total sem energéticos	4 603	5 187	79,2	88,4	86,1	86,3	10,4	9,3	12,7	10,9
Mercados de origem										
Intra UE	3 960	4 499	78,6	74,8	74,0	74,9	10,1	7,8	13,6	10,1
dos quais:										
UE-15	3 779	4 270	76,2	71,8	70,7	71,1	9,8	7,3	13,0	9,2
Espanha	1647	1897	32,8	32,5	30,8	31,6	9,3	3,1	15,2	4,7
Alemanha	730	845	13,2	12,3	13,7	14,1	14,2	1,9	15,6	2,1
França	405	444	8,3	7,1	7,6	7,4	7,5	0,6	9,5	0,7
Itália	270	305	5,8	5,2	5,1	5,1	11,9	0,6	12,8	0,6
Países Baixos	274	310	5,3	5,2	5,1	5,2	17,0	0,9	13,2	0,7
Bélgica	141	165	2,9	2,7	2,6	2,7	10,7	0,3	16,7	0,4
Reino Unido	162	138	3,3	3,1	3,0	2,3	-3,8	-0,1	-14,8	-0,4
Polónia	63	70	0,6	0,9	1,2	1,2	14,4	0,2	10,6	0,1
Suécia	43	42	1,0	1,1	0,8	0,7	-4,6	-0,1	-2,4	0,0
Alargamento	181	230	2,4	3,0	3,4	3,8	15,5	0,6	26,9	0,9
Extra UE	1 388	1 509	21,4	25,2	26,0	25,1	17,8	4,0	8,7	2,3
dos quais:										
China	160	194	2,2	2,7	3,0	3,2	14,8	0,4	20,7	0,6
Rússia	208	146	1,0	1,2	3,9	2,4	8,9	0,2	-29,9	-1,2
Brasil	95	130	1,7	1,5	1,8	2,2	15,6	0,3	37,3	0,3
EUA	85	100	1,7	1,6	1,6	1,7	15,3	0,2	17,4	0,7
Azerbaijão	58	62	0,0	0,8	1,1	1,0	56,3	0,4	8,0	0,1
Turquia	51	58	0,6	0,7	1,0	1,0	24,2	0,2	13,0	0,1
Índia	49	57	0,5	0,8	0,9	1,0	20,1	0,2	18,3	0,2
Árabia Saudita	35	41	0,8	1,3	0,6	0,7	23,9	0,2	19,4	0,1
Cazaquistão	51	38	0,3	1,4	1,0	0,6	39,8	0,2	-25,5	-0,2
Coreia do Sul	42	36	0,5	0,5	0,8	0,6	18,1	0,1	-14,4	-0,1
Guiné Equatorial	0	55	0,3	0,4	0,0	0,9	424,9	0,6	1786722,0	10
Colômbia	20	16	0,2	0,4	0,4	0,3	29,3	0,1	-20,9	-0,1
Singapura	5	5	0,0	0,1	0,1	0,1	521,7	0,5	-2,6	0,0
OPEP^[4]	201	259	5,8	6,8	3,8	4,3	-11,0	-0,4	29,0	1,1
EFTA	33	41	1,8	0,6	0,6	0,7	-4,2	0,0	23,5	0,1
PALOP	61	69	0,4	2,8	1,1	1,1	-60,7	-0,9	12,8	0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2017.

[1] Últimos 12 meses a terminar em janeiro de 2018.

[2] ((fev 17-jan 18)/((fev 16-jan 17) x 100 - 100).

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[4] Inclui Angola.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

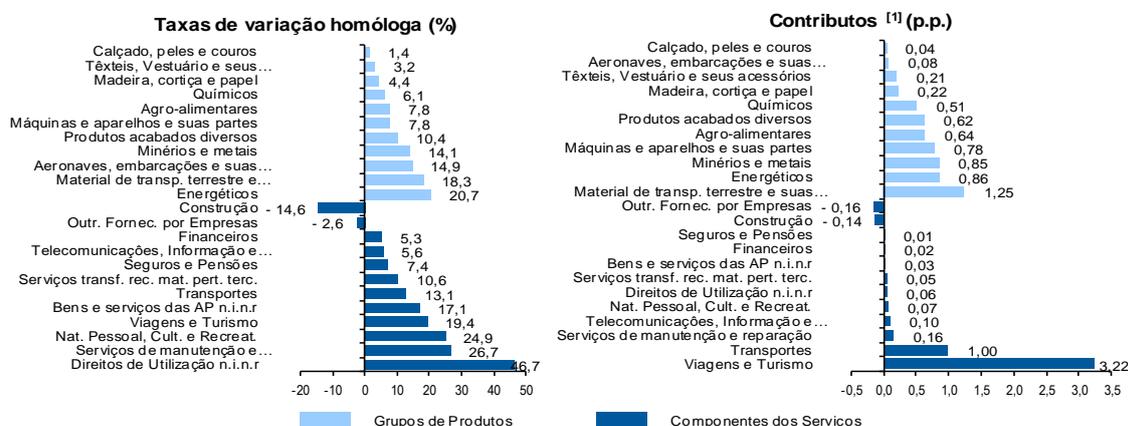
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de janeiro de 2018, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços registaram um crescimento de 8,6%, em termos homólogos, tendo a componente dos Bens contribuído positivamente (6,4 p.p.) para o crescimento das “exportações” totais.

Em janeiro de 2018, a componente dos Serviços representou 30,2% do total das “Exportações” e contribuiu positivamente (2,2 p.p.) para o seu crescimento. Do lado das “Importações” (débito) o peso desta componente foi de 18,0% no total e o seu comportamento reforçou o crescimento das “Importações” totais (11,2%) em 0,8 p.p. (Quadro 3.7).

No painel esquerdo da Figura 3.4 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em janeiro de 2018, com base em dados do INE para as “Exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “Exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo dos produtos “Material de transp. terrestre e suas partes” (1,25 p.p.) e dos “Energéticos” (0,86 p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (3,22 p.p.) e Transportes (1 p.p.).

Figura 3.4. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Último ano a terminar em janeiro de 2018



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de Bens e Serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, Banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional de Mercadorias do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: TVH x Peso no período homólogo anterior ÷ 100. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (10,5%).

Quadro 3.7. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Valores em milhão de Euros										
	janeiro		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
	2017	2018	Anual		janeiro		média anual	12 meses [1]		janeiro	
		2012	2017	2017	2018	12-17	VH [2]	contrib. p.p. [2]	VH	contrib. p.p. [2]	
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	6 143	6 673	100,0	100,0	100,0	100,0	5,5	10,5	10,5	8,6	8,6
Bens	4 261	4 656	68,8	64,1	69,4	69,8	4,0	9,4	6,1	9,3	6,4
Serviços	1 882	2 017	31,2	35,9	30,6	30,2	8,6	12,6	4,4	7,2	2,2
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	39	34	0,6	0,5	0,6	0,5	3,3	10,6	0,1	-11,2	-0,1
Serv. de manutenção e reparação	40	39	0,6	0,7	0,6	0,6	8,1	26,7	0,2	-14	0,0
Transportes	509	579	8,0	7,8	8,3	8,7	4,9	13,1	1,0	13,8	1,1
Viagens e Turismo	686	788	13,4	18,0	11,2	11,8	12,0	19,4	3,2	14,9	1,7
Construção	60	38	0,9	0,8	1,0	0,6	2,7	-14,6	-0,1	-36,4	-0,4
Seguros e Pensões	11	10	0,2	0,2	0,2	0,2	4,6	7,4	0,0	-6,8	0,0
Financiários	30	31	0,4	0,4	0,5	0,5	-4,4	5,3	0,0	4,1	0,0
Direitos de Utilização n.i.n.r.	14	12	0,1	0,2	0,2	0,2	27,9	46,7	0,1	-27,0	-0,1
Telecom., Informação e Informática	113	120	1,5	1,7	1,8	1,8	8,8	5,6	0,1	6,0	0,1
Outr. Fornec. por Empresas	353	342	4,6	5,3	5,7	5,1	8,3	-2,6	-0,2	-3,1	-0,2
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	20	16	0,4	0,3	0,3	0,2	0,6	24,9	0,1	-21,5	-0,1
Bens e serviços das AP n.i.n.r.	9	9	0,3	0,2	0,1	0,1	-8,0	17,1	0,0	7,0	0,0
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	6 377	7 090	100,0	100,0	100,0	100,0	4,7	11,4	11,4	11,2	11,2
Bens	5 149	5 812	83,5	81,9	80,7	82,0	4,3	11,9	9,7	12,9	10,4
Serviços	1 228	1 278	16,5	18,1	19,3	18,0	6,8	9,2	1,7	4,1	0,8
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	2	0	0,0	0,0	0,0	0,0	-12,0	-48,5	0,0	-77,0	0,0
Serv. de manutenção e reparação	26	30	0,4	0,5	0,4	0,4	14,3	27,4	0,1	13,3	0,1
Transportes	280	316	4,7	4,5	4,4	4,5	3,7	16,3	0,7	12,9	0,6
Viagens e Turismo	320	337	4,6	5,3	5,0	4,8	7,8	10,6	0,6	5,5	0,3
Construção	9	8	0,2	0,1	0,1	0,1	2,5	-7,0	0,0	-2,7	0,0
Seguros e Pensões	33	37	0,4	0,5	0,5	0,5	6,8	8,0	0,0	2,3	0,1
Financiários	38	40	0,9	0,6	0,6	0,6	-5,9	-6,3	0,0	5,0	0,0
Direitos de Utilização n.i.n.r.	109	97	0,6	0,9	1,7	1,4	14,3	-0,3	0,0	-11,0	-0,2
Telecom., Informação e Informática	86	90	1,2	1,1	1,3	1,3	4,6	-5,0	-0,1	4,7	0,1
Outr. Fornec. por Empresas	303	300	2,7	4,1	4,8	4,2	14,1	11,4	0,5	-1,0	0,0
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	19	18	0,7	0,3	0,3	0,3	-2,9	-1,7	-0,1	-4,0	0,0
Bens e serviços das AP n.i.n.r.	3	4	0,1	0,2	0,1	0,1	11,3	3,9	0,0	13,4	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até janeiro de 2018.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

Artigos

Em Análise

Comércio internacional de mercadorias: taxas de variação homóloga da exportação em valor, volume e preço por grupos e subgrupos de produtos – janeiro a dezembro de 2016

Walter Anatole Marques ¹

1. Nota introdutória

O presente trabalho visou o cálculo de indicadores de evolução em valor, volume e preço das exportações no comércio internacional português de mercadorias, no período de janeiro a dezembro de 2017 face ao período homólogo do ano anterior.

Os índices de preço, do tipo *Paasche*, utilizados depois como deflatores dos índices de valor para o cálculo dos correspondentes índices de volume, foram calculados a partir dos dados de base elementares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), em primeira versão preliminar, sendo ainda provisória a versão dos correspondentes dados de 2016.

Para o cálculo dos índices de preço as posições pautais a oito dígitos da Nomenclatura Combinada (NC-8), relativas às exportações com movimento no período em análise, foram agregadas em 11 grupos de produtos e 38 subgrupos (ver Anexo).

2. Nota metodológica

O método utilizado no cálculo dos índices de preço de *Paasche* deste trabalho assenta na seleção de uma amostra representativa do comportamento dos preços de cada subgrupo de produtos, que integram produtos com relativa homogeneidade, posteriormente ponderados para o cálculo do índice dos respetivos grupos, por sua vez ponderados para o cálculo do índice do total da Exportação.

Os índices de preço de cada subgrupo são obtidos a partir de uma primeira amostra automática construída com base nos produtos com movimento nos dois períodos em análise, dentro de um intervalo definido por métodos estatísticos.

Segue-se uma análise crítica, que pode incluir, entre outros, o recurso à evolução do preço das matérias-primas que entram na manufatura de um dado produto, como indicador de consistência de um determinado índice que, apesar de um comportamento aparentemente anormal, pode ser incluído na amostra.

Mais frequentemente procede-se à desagregação por mercados de destino, na vertente da exportação, de posições pautais com peso relevante que se encontram fora do intervalo, incluindo-se na amostra do subgrupo aqueles que apresentam um comportamento coerente na proximidade do intervalo encontrado.

Também produtos dominantes incluídos no intervalo e decisivos para o índice do subgrupo podem ser desagregados e considerados por mercados se, através de uma análise crítica, forem encontrados desvios sensíveis entre eles.

3. Exportação global e por Grupos de Produtos

As **exportações** (somatório das saídas de mercadorias com destino ao espaço comunitário com as exportações para os países terceiros), com um acréscimo em valor de +10,1%, terão registado um aumento em volume de +6,6% e um acréscimo em preço de +3,3%.

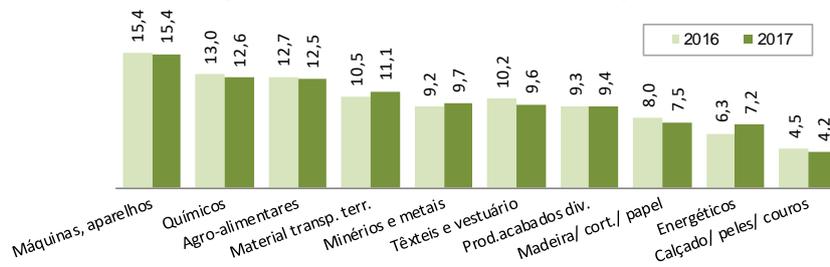
¹ Assessor Principal da Função Pública (AP). As opiniões aqui expressas não coincidem necessariamente com a posição do ME.

Exportações de mercadorias por Grupos de Produtos
Taxas de variação homóloga em valor, volume e preço
(Janeiro a Dezembro de 2017/2016)

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Taxas de Variação			Estrutura (%)	
	2016	2017	Valor	Volume	Preço	2016	2017
TOTAL	50 022	55 079	10,1	6,6	3,3	100,0	100,0
A Agro-alimentares	6 362	6 886	8,2	7,1	1,0	12,7	12,5
B Energéticos	3 128	3 969	26,9	2,3	24,0	6,3	7,2
C Químicos	6 489	6 953	7,2	6,4	0,7	13,0	12,6
D Madeira, cortiça e papel	4 012	4 150	3,4	1,5	1,9	8,0	7,5
E Têxteis e vestuário	5 095	5 293	3,9	1,9	2,0	10,2	9,6
F Calçado, peles e couros	2 243	2 295	2,3	1,6	0,8	4,5	4,2
G Minérios e metais	4 627	5 348	15,6	4,9	10,2	9,2	9,7
H Máquinas, aparelhos e partes	7 721	8 455	9,5	8,0	1,4	15,4	15,4
I Material transp. terr. e partes	5 252	6 110	16,4	17,1	-0,7	10,5	11,1
J Produtos acabados diversos	4 669	5 174	10,8	9,3	1,4	9,3	9,4
K1 Aeronaves, embarcações e partes	426	446	4,8	-	-	0,9	0,8

*Nota: O Grupo I inclui veículos automóveis, tractores, ciclos e material para via férrea, e suas partes.
 Fonte: A partir de dados de base do INE provisórios para 2016 e preliminares para 2017,
 com última actualização em 9-2-2018 (<http://www.ine.pt>).*

Estrutura das exportações por Grupos de Produtos (%)
(Janeiro a Dezembro de 2017/2016)

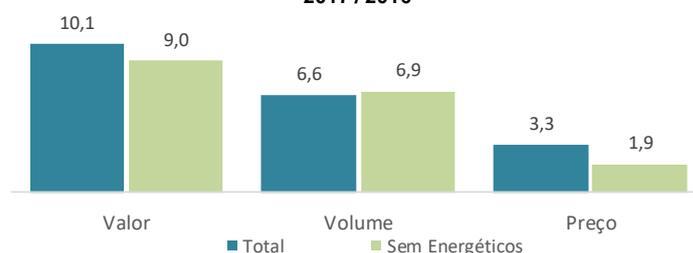


*Fonte: A partir de dados de base do INE provisórios para 2016 e preliminares para 2017,
 com última actualização em 9-2-2018 (<http://www.ine.pt>).*

Na presente conjuntura, dada a evolução do preço do petróleo, torna-se conveniente atentarmos na evolução do nosso comércio internacional quando excluído dos produtos do grupo “Energéticos”.

De acordo com os dados disponíveis, as exportações, com exclusão dos produtos “Energéticos”, terão registado acréscimos em valor, volume e preço respetivamente de +9%, +6,9% e +1,9%.

Taxas de variação anual homóloga em valor, volume e preço
da exportação de mercadorias com e sem produtos energéticos
2017 / 2016



*Fonte: A partir de dados de base do INE provisórios para 2016 e preliminares para 2017,
 com última actualização em 9-2-2018 (<http://www.ine.pt>).*

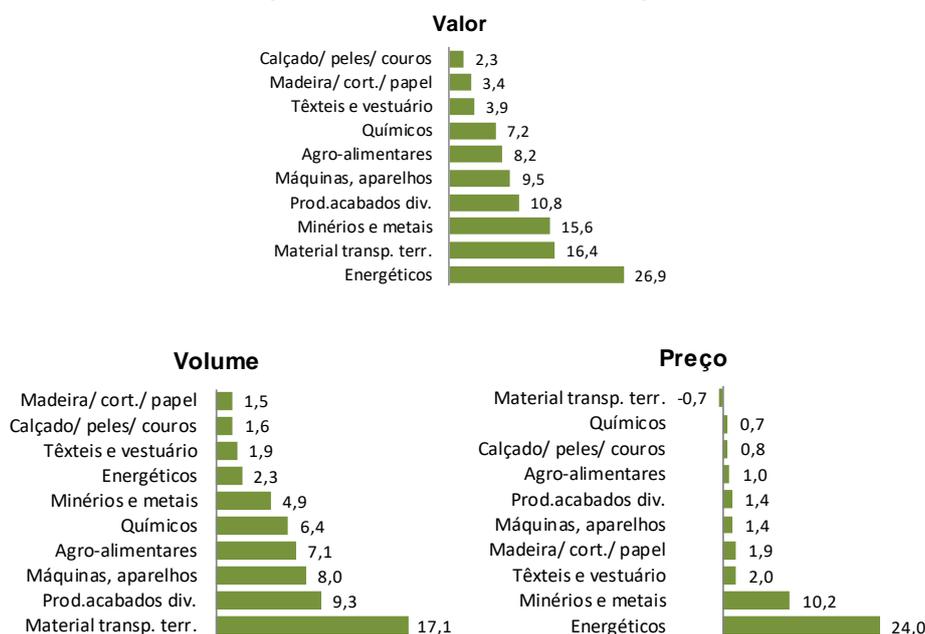
A evolução em volume das exportações constitui uma medida da capacidade produtiva da indústria, tendo-se verificado no período em análise uma taxa de crescimento de +6,6%, ligeiramente superior se excluirmos os produtos “Energéticos”, +6,9%.

Em 2017, os grupos de produtos com peso a dois dígitos nas exportações de mercadorias foram “Máquinas, aparelhos e partes” (15,4% do total), “Químicos” (12,6%), “Agroalimentares” (12,5%) e “Material de transporte terrestre e partes” (11,1%).

Em todos os grupos de produtos se registaram crescimentos em **valor**, com destaque para o grupo “Energéticos” (+26,9%), seguido dos grupos “Material de transporte terrestre e partes” (+16,4%) “Minérios

e metais” (+15,6%), “Produtos acabados diversos” (+10,8%), “Máquinas, aparelhos e partes” (+9,5%), “Agroalimentares” (+8,2%) e “Químicos” (+7,2%).

**Taxas de variação homóloga das exportações
por Grupos de Produtos
(Janeiro a Dezembro de 2017/2016)**



Fonte: A partir de dados de base do INE provisórios para 2016 e preliminares para 2017, com última actualização em 9-2-2018 (<http://www.ine.pt>).

Também em **volume** ocorreram aumentos em todos os grupos de produtos, com destaque para o grupo “Material de transporte terrestre e partes” (+17,1%), seguido dos grupos “Produtos acabados diversos” (+9,3%), “Máquinas, aparelhos e partes” (+8%), “Agroalimentares” (+7,1%), “Químicos” (+6,4%), e “Minérios e metais” (+4,9%). Com taxas de crescimento em volume inferiores alinharam-se os grupos “Energéticos” (+2,3%), “Têxteis e vestuário” (+1,9%), “Calçado, peles e couros” (+1,6%) e “Madeira, cortiça e papel” (+1,5%).

O único decréscimo em **preço** verificou-se no grupo “Material de transporte terrestre e partes” (-0,7%), destacando-se entre os que registaram maior crescimento, os grupos “Energéticos” (+24%) e “Minérios e metais” (+10,2%).

4. Representatividade da amostra por Grupos de Produtos

A representatividade da amostra que serviu de base ao cálculo dos índices de preço de *Paasche* das exportações foi, respetivamente em 2016 e 2017, de 92,8% e 92,6%, sendo de 87,9% ou superior em todos os Grupos de Produtos.

**Representatividade da amostra (%)
por grupos de produtos
(Janeiro a Dezembro de 2017/2016)**

Grupos de Produtos	2016	2017
A Agro-alimentares	89,1	89,6
B Energéticos	99,1	99,7
C Químicos	93,0	91,9
D Madeira, cortiça e papel	97,9	97,7
E Têxteis e vestuário	92,3	93,0
F Calçado, peles e couros	93,3	92,9
G Minérios e metais	87,9	88,1
H Máquinas, aparelhos e partes	88,9	87,9
I Material transp. terrestre e partes [1]	99,1	98,7
K Produtos acabados diversos	92,5	91,7
Total sem aeronaves e embarcações	92,7	92,5
TOTAL	92,8	92,6

[1] Veículos automóveis, tractores, ciclos, veículos e material para via férrea
Fonte: A partir de dados de base do INE provisórios para 2016 e preliminares para 2017, com última actualização em 9-2-2018 (<http://www.ine.pt>).

5. Exportações por Grupos e Subgrupos de Produtos

Exportações por Grupos e Subgrupos de Produtos
- Taxas de variação homóloga em valor, volume e preço -
(Janeiro a Dezembro de 2017/2016)

Grupos e Subgrupos de Produtos	Milhões de Euros		Taxas de Variação			Estrutura (%)	
	2016	2017	Valor	Vol.	Preço	2016	2017
A Agro-alimentares	6 362	6 886	8,2	7,1	1,0	12,7	12,5
A1 Bebidas alcoólicas	906	981	8,3	6,5	1,6	1,8	1,8
A2 Conservas e prep. alimentares	1 217	1 280	5,2	5,4	-0,2	2,4	2,3
A3 Produtos da pesca	742	824	11,0	10,4	0,5	1,5	1,5
A4 Carnes e lacticínios	540	557	3,1	-3,6	6,9	1,1	1,0
A5 Frutas e hortícolas	770	933	21,2	25,2	-3,2	1,5	1,7
A6 Oleaginosas, gorduras e óleos	654	815	24,6	12,7	10,6	1,3	1,5
A7 Outros agro-alimentares	1 532	1 496	-2,4	-0,5	-1,9	3,1	2,7
B Energéticos	3 128	3 969	26,9	2,3	24,0	6,3	7,2
B1 Refinados de petróleo	2 616	3 357	28,4	4,5	22,9	5,2	6,1
B2 Outros produtos energéticos [1]	512	611	19,4	-8,7	30,7	1,0	1,1
C Químicos	6 489	6 953	7,2	6,4	0,7	13,0	12,6
C1 Farmacêuticos	1 129	1 084	-4,0	-0,8	-3,3	2,3	2,0
C2 Plásticos e outros petroquímicos	2 992	3 357	12,2	8,7	3,2	6,0	6,1
C3 Borracha e suas obras	1 141	1 242	8,9	11,6	-2,4	2,3	2,3
C4 Outros produtos químicos	1 227	1 270	3,5	2,9	0,6	2,5	2,3
D Madeira, cortiça e papel	4 012	4 150	3,4	1,5	1,9	8,0	7,5
D1 Madeira e suas obras	624	608	-2,6	-1,1	-1,5	1,2	1,1
D2 Cortiça e suas obras	935	986	5,4	4,5	0,9	1,9	1,8
D3 Pastas de papel	629	650	3,2	-2,9	6,3	1,3	1,2
D4 Papel, cartão e publicações	1 823	1 905	4,5	2,3	2,2	3,6	3,5
E Têxteis e vestuário	5 095	5 293	3,9	1,9	2,0	10,2	9,6
E1 Têxteis e suas obras	1 949	2 073	6,3	5,7	0,6	3,9	3,8
E2 Vestuário e seus acessórios	3 145	3 220	2,4	-0,5	2,9	6,3	5,8
F Calçado, peles e couros	2 243	2 295	2,3	1,6	0,8	4,5	4,2
F1 Calçado	1 959	2 016	2,9	2,8	0,1	3,9	3,7
F2 Peles, couros e suas obras	284	279	-1,8	-7,2	5,9	0,6	0,5
G Minérios e metais	4 627	5 348	15,6	4,9	10,2	9,2	9,7
G1 Matérias minerais e minérios	640	739	15,4	-3,3	19,4	1,3	1,3
G2 Ferro, aço e suas obras	2 449	2 880	17,6	5,7	11,3	4,9	5,2
G3 Cobre e suas obras	167	191	14,1	-1,4	15,7	0,3	0,3
G4 Alumínio e suas obras	551	664	20,6	9,5	10,1	1,1	1,2
G5 Outros metais comuns e suas obras	519	596	14,9	13,5	1,3	1,0	1,1
G6 Pedras e metais preciosos	301	278	-7,7	-3,9	-3,9	0,6	0,5
H Máquinas, aparelhos e partes	7 721	8 455	9,5	8,0	1,4	15,4	15,4
H1 Aparelhos de som e imagem	1 442	1 660	15,2	3,6	11,2	2,9	3,0
H2 Transf., cabos e apar. distrib. energia	1 600	1 675	4,7	4,6	0,1	3,2	3,0
H3 Informática, memórias e circuitos int	349	410	17,6	42,0	-17,2	0,7	0,7
H4 Motores e geradores eléctricos	424	418	-1,5	-0,4	-1,1	0,8	0,8
H5 Motores de explosão, diesel e partes	267	277	3,8	4,7	-0,8	0,5	0,5
H6 Outras máq. e aparelhos mecânicos	2 854	3 115	9,1	8,3	0,7	5,7	5,7
H7 Outras máq. e aparelhos eléctricos	786	900	14,5	12,3	2,0	1,6	1,6
I Material transp. terrestre e partes [2]	5 252	6 110	16,4	17,1	-0,7	10,5	11,1
- Veículos automóveis, tractores e ciclos	5 245	6 105	16,4	17,2	-0,7	10,5	11,1
K Produtos acabados diversos	4 669	5 174	10,8	9,3	1,4	9,3	9,4
K1 Cerâmica, vidro e suas obras	1 265	1 279	1,1	1,1	0,0	2,5	2,3
K2 Mobiliário, colchões e candeeiros	1 825	1 932	5,9	5,9	-0,1	3,6	3,5
K3 Aparelhos científicos e de precisão	673	956	42,0	30,5	8,8	1,3	1,7
K4 Outros produtos acabados	905	1 007	11,2	11,8	-0,5	1,8	1,8
Total sem aeronaves e embarcações	49 597	54 633	10,2	6,7	3,3	99,1	99,2
J Aeronaves, embarcações e partes [3]	426	446	4,8	-	-	0,9	0,8
Total das exportações	50 022	55 079	10,1	6,6	3,3	100,0	100,0

Por memória:

Total sem Energéticos	46 895	51 111	9,0	6,9	1,9	93,7	92,8
------------------------------	---------------	---------------	------------	------------	------------	-------------	-------------

[1] Preço da electricidade calculado em Unidades Suplementares (UNS). [2] Veículos automóveis, tractores, ciclos, veíc. e material para via férrea (Capº 86 e 87 da NC). [3] Inclui estruturas flutuantes.

Fonte: A partir de dados de base do INE: 2016 provisórios e 2017 preliminares, com última actualização em 9-2-2018.

Da figura anterior constam as taxas de variação calculadas para os 38 Subgrupos, que serviram de base para o cálculo dos índices dos Grupos, e daí para o Total.

ANEXO
Definição do conteúdo dos grupos e subgrupos de produtos
a partir da Nomenclatura Combinada

Grupos e Subgrupos	NC
A Agro-alimentares	01 a 24
A1 Bebidas alcoólicas	2203 a 2208
A2 Conservas e prep. alimentares	16, 19 a 21
A3 Produtos da pesca	03
A4 Carnes e lacticínios	02, 04
A5 Frutas e hortícolas	07, 08
A6 Oleaginosas, gorduras e óleos	12, 15
A7 Outros agro-alimentares	01, 05, 06, 09 a 11, 13, 14, 17, 18, 2201, 2202, 2209, 23, 24
B Energéticos	27
B1 Refinados de petróleo	2710
B2 Outros produtos energéticos	2701 a 2709, 2711 a 2716
C Químicos	28 a 40
C1 Farmacêuticos	2936 a 2939, 2941, 30 (-) 2939 99 00 e 3002 9090
C2 Plásticos e outros petroquímicos	2901 a 2904, 39
C3 Borracha e suas obras	40
C4 Outros produtos químicos	28, 2905 a 2935, 2940, 2942, 31 a 38 (+) 2939 99 00 e 3002 9090
D Madeira, cortiça e papel	44 a 49
D1 Madeira e suas obras	44, 46
D2 Cortiça e suas obras	45
D3 Pastas de papel	47
D4 Papel, cartão e publicações	48, 49
E Têxteis e vestuário	50 a 63, 65 a 67
E1 Têxteis e suas obras	50 a 60, 63
E2 Vestuário e seus acessórios	61, 62, 65 a 67
F Calçado, peles e couros	41 a 43, 64
F1 Calçado	64
F2 Peles, couros e suas obras	41 a 43
G Minérios e metais	25, 26, 71 a 83
G1 Matérias minerais e minérios	25, 26
G2 Ferro, aço e suas obras	72, 73
G3 Cobre e suas obras	74
G4 Alumínio e suas obras	76
G5 Outros metais comuns e suas obras	75, 78 a 83
G6 Pedras e metais preciosos	71
H Máquinas e aparelhos, e suas partes	84, 85
H1 Aparelhos de som e imagem	8517 a 8529
H2 Transf., cabos e aparelh. distrib. energia	8504, 8533 a 8538, 8544, 8546, 8547
H3 Informática, memórias e circuitos integ.	8471, 8541, 8542
H4 Motores e geradores eléctricos	8501 a 8503
H5 Motores de explosão, <i>diesel</i> e partes	8407 a 8409
H6 Outras máquinas e aparelhos, mecânicos	8401 a 8406, 8410 a 8470, 8472 a 8487
H7 Outras máquinas e aparelhos, eléctricos	8505 a 8516, 8530 a 8532, 8539 a 8540, 8543, 8545, 8548
I Material de transp. terrestre e suas partes [1]	86, 87
- Veículos automóveis, tractores e ciclos	87
J Aeronaves, embarcações e suas partes [2]	88, 89
K Produtos acabados diversos	68 a 70, 90 a 99
K1 Cerâmica, vidro e suas obras	69, 70
K2 Mobiliário, colchões e candeeiros	94
K3 Aparelhos científicos e de precisão	90
K4 Outros produtos acabados	68, 91 a 93, 95 a 99

[1] Veículos automóveis, tractores, ciclos, veículos e material para via férrea.

[2] Inclui estruturas flutuantes.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p>Reunião Conselho ECOFIN 13 de março de 2018</p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 13 de março de 2018 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Regras de comunicação obrigatórias - Intermediários fiscais: O Conselho chegou a acordo sobre uma proposta de diretiva que altera a Diretiva 2011/16/UE (Diretiva da Cooperação Administrativa – DAC) visando a introdução de regras de comunicação obrigatórias, aplicáveis aos intermediários/consultores fiscais, de mecanismos de planeamento fiscal potencialmente agressivos e a troca automática dessa informação entre as autoridades fiscais de todos os estados-membros. Uma vez que se trata da quinta alteração da DAC desde 2014, esta diretiva é designada como “DAC 6”. O prazo para transposição pelos estados-membros termina a 31 de dezembro de 2019. ▪ Desequilíbrios macroeconómicos – Análises Aprofundadas: O Conselho debateu os Relatórios por País, os quais incluem os resultados das análises aprofundadas realizadas a doze estados-membros pela Comissão Europeia. Destaca-se que a Comissão Europeia considerou que os desequilíbrios macroeconómicos relativos a Portugal já não qualificam como excessivos. ▪ Desequilíbrios macroeconómicos – Relatório do Tribunal de Contas Europeu: O Conselho adotou conclusões relativas ao Relatório do Tribunal de Contas sobre a sua auditoria à implementação do Procedimento por Desequilíbrios Macroeconómicos, pela Comissão Europeia, no período de 2012 a 2017. Nas suas conclusões, o Conselho reconheceu a boa conceção deste procedimento e a sua importância na deteção, prevenção e correção de desenvolvimentos macroeconómicos que levantem riscos ao funcionamento da economia, quer a nível nacional, quer ao nível da União, preenchendo uma importante lacuna no quadro da governação económica europeia. Acrescentou, no entanto, que a implementação do procedimento não tem sido eficiente, nem de aplicação uniforme, e que há lugar a melhoramentos no que respeita à sua comunicação e visibilidade. Enfatizou a necessidade de uma aplicação deste procedimento de forma previsível, transparente e consistente, tanto no tempo como pelos estados-membros, através de uma avaliação baseada em instrumentos analíticos comuns. Concordou com a necessidade de clarificação das ligações entre a implementação deste procedimento e as recomendações específicas por país, mantendo, no entanto, suficiente discricionariedade aos estados-membros para a sua implementação. <p>Foram ainda adotadas, sem debate, novas alterações às conclusões do Conselho ECOFIN de 5 de dezembro de 2017 sobre a lista da UE de jurisdições não cooperantes para efeitos fiscais, tendo sido retiradas da lista três jurisdições (Bahrain, Ilhas Marshall e Santa Lúcia) e adicionadas três novas jurisdições (Bahamas, São Cristóvão e Névis e Ilhas Virgens Americanas).</p>
<p>Contratos fiscais de investimento Conselho de Ministros de</p>	<p>Aprovou as minutas de quatro contratos fiscais de investimento a celebrar entre o Estado Português e as seguintes sociedades comerciais: Sociedade Iber King- restauração; Sociedade Iberusa, restauração; Benteler – Indústria</p>

Iniciativa	Sumário
1 de março	de Componentes para Automóveis; Sociedade Navigator Tissue Cacia. Estes projetos empresariais representam um investimento global superior a 169 milhões de euros, permitindo a criação de 1147 novos postos de trabalho até 2025 e a manutenção dos atuais 2562 empregos.
Agenda para a Igualdade no Mercado de Trabalho e nas Empresas Conselho de Ministros de 8 de março	No domínio da Agenda para a Igualdade no Mercado de Trabalho e nas Empresas, a Estratégia reforça o combate à segregação ocupacional, a promoção da igualdade salarial e da conciliação da vida profissional, familiar e pessoal, fomentando o diálogo com os parceiros sociais.
Empreendedorismo - Fundo para a Inovação Social Conselho de Ministros de 15 de março	Aprovou o decreto-lei que cria o Fundo para a Inovação Social (FIS) que mobilizará 55 milhões de euros de verbas do Fundo Social Europeu e do Orçamento de Estado para o financiamento de iniciativas de empreendedorismo e inovação social.
Proteção de dados no quadro da União Europeia – Competitividade das empresas portuguesas Conselho de Ministros de 22 de março	Aprovou a proposta de lei que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados no contexto da competitividade das empresas portuguesas no quadro da União Europeia.
Instrumentos financeiros de apoio à economia – Fundos financeiros com regime simplificado Conselho de Ministros de 22 de março	Aprovou o decreto-lei que adapta o enquadramento orçamental aplicável a diversos instrumentos financeiros de apoio à economia. Aplica-se a certos fundos financeiros um regime simplificado e mais ágil.
Benefícios fiscais – Análise do custo-benefício dos benefícios fiscais Conselho de Ministros de 22 de março	Aprovou a proposta de lei que prorroga, numa base transitória, a vigência de determinados benefícios fiscais, que de outro modo caducariam, justificada até à apresentação das conclusões do Grupo de Trabalho constituído pelo Governo com o objetivo de medir se os fins económicos e sociais que fundamentaram a criação em concreto de cada um dos benefícios fiscais foram ou não efetivamente atingidos.
Transposição de diretiva – Serviços de pagamento e de moeda eletrónica – Mercado de pagamentos europeu Conselho de Ministros de 22 de março	Aprovou a proposta de lei que autoriza o Governo a estabelecer um novo regime jurídico dos serviços de pagamento e de moeda eletrónica, transpondo a Diretiva (UE) 2015/2366.

2. Seleção de Medidas Legislativas

Assunto/Diploma	Descrição
Conversão de créditos em capital Lei n.º 7/2018 - Diário da República n.º 44/2018, Série I de 2018-03-02	Regime jurídico da conversão de créditos em capital.
Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado) Lei n.º 8/2018 - Diário da República n.º 44/2018, Série I de 2018-03-02	Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas (Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado).

Assunto/Diploma	Descrição
<p>Programa Nacional de Reformas – Financiamento Competitivo a Laboratórios Colaborativos</p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2018 - Diário da República n.º 48/2018, Série I de 2018-03-08</p>	<p>Determina o início do financiamento competitivo a Laboratórios Colaborativos (CoLABS).</p>
<p>Linhas orientadoras para uma estratégia de inovação tecnológica e empresarial para Portugal, 2018-2030 – Inovação Tecnológica e Empresarial</p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2018 - Diário da República n.º 48/2018, Série I de 2018-03-08</p>	<p>Aprova as linhas orientadoras para uma estratégia de inovação tecnológica e empresarial para Portugal, 2018-2030.</p>
<p>Programa Nacional de Reformas - Programa «Iniciativa Nacional Competências Digitais e.2030 - INCoDe.2030» -- OCDE</p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2018 - Diário da República n.º 48/2018, Série I de 2018-03-08</p>	<p>Aprova o programa «Iniciativa Nacional Competências Digitais e.2030 - INCoDe.2030».</p>
<p>Transposição de Diretiva – Turismo</p> <p>Decreto-Lei n.º 17/2018 - Diário da República n.º 48/2018, Série I de 2018-03-08</p>	<p>Estabelece o regime de acesso e de exercício da atividade das agências de viagens e turismo, transpondo a Diretiva (UE) 2015/2302.</p>
<p>Sustentabilidade do Programa Orçamental da Saúde</p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2018 - Diário da República n.º 53/2018, Série I de 2018-03-15</p>	<p>Criação da Estrutura de Missão para a Sustentabilidade do Programa Orçamental da Saúde</p>
<p>Transmissão de empresas ou estabelecimentos – Código do Trabalho</p> <p>Lei n.º 14/2018 - Diário da República n.º 55/2018, Série I de 2018-03-19</p>	<p>Altera o regime jurídico aplicável à transmissão de empresa ou estabelecimento e reforça os direitos dos trabalhadores, procedendo à décima terceira alteração ao Código do Trabalho, aprovado em anexo à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.</p>
<p>Promoção da igualdade de género entre mulheres e homens</p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 72/2018 - Diário da República n.º 56/2018, Série I de 2018-03-20</p>	<p>Recomenda ao Governo a promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens.</p>
<p>Transição dos combustíveis de origem fóssil para as energias de fontes renováveis – Grupo de Trabalho par análise da fiscalidade que incide sobre a energia</p> <p>Despacho n.º 2835/2018 - Diário da República n.º 56/2018, Série II de 2018-03-20</p>	<p>Cria um Grupo de Trabalho com a missão de promover uma análise da fiscalidade que incide sobre a energia.</p>
<p>Comercialização de combustíveis – Reforço da Informação ao consumidor</p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 76/2018 - Diário da República n.º 58/2018, Série I de 2018-03-22</p>	<p>Recomenda ao Governo que reforce a informação dada aos consumidores nas faturas relativas à comercialização de combustíveis.</p>
<p>Medida de política – Tarifas de acesso às redes de gás natural</p> <p>Despacho n.º 3121/2018 - Diário da República n.º 61/2018, Série II de 2018-03-27</p>	<p>Determina o desconto a aplicar nas tarifas de acesso às redes de gás natural, aplicável a partir de 1 de julho de 2018.</p>

Lista de Acrónimos

Lista de Acrónimos

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IUC	Imposto Único de Circulação
ADSE	Direção-geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AL	Administração Local	MC	<i>Ministry of Commerce of China</i>
AR	Administração Regional	Michigan	Universidade de Michigan
BCE	Banco Central Europeu	NBSC	<i>National Bureau of Statistics of China</i>
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BGFRS	<i>Board of Governors of the Federal Reserve System</i>	OE	Orçamento do Estado
BLS	<i>Bureau of Labour Statistic</i>	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
BP	Banco de Portugal	OT	Obrigações do Tesouro
BT	Bilhetes do Tesouro	PIB	Produto Interno Bruto
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	SDDS	<i>Special Data Dissemination Standard</i>
CE	Comissão Europeia	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	SNS	Serviço Nacional de Saúde
CGA	Caixa Geral de Aposentações	SS	Segurança Social
CMM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	UE	União Europeia
COGJ	<i>Cabinet Office Government of Japan</i>	VAB	Valor Acrescentado Bruto
DGEG	Direção-geral de Energia e Geologia	Yahoo	<i>Finance Yahoo</i>
DGO	Direção-geral do Orçamento		
DGT	Direção-geral do Tesouro		
EPA	<i>Economic Planning Agency</i>		
Eurostat	Instituto de Estatística da UE		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia		
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IS	Imposto do Selo		
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>		
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos		
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália		
ISV	Imposto sobre Veículos		

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por euros
EUR/GBP	Libra esterlina por euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de respostas extremas
VA	Valores acumulados
VC	Varição em cadeia
VCS	Valor corrigido de sazonalidade
VE	Valor efetivo
VH	Varição homóloga
VHA	Varição homóloga acumulada
VITA	Varição intertabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.

: representa valor não disponível.

- não se aplica.